## Uma imagem contendo Forma Descrição gerada automaticamente

## 

## Projeto Pedagógico de Curso

# Nome do Curso

## município, mês, ano

**Estrutura Organizacional**

**Diretorias Sistêmicas e Chefias pertinentes da Unidade Maracanã (sede)**

**Diretor-Geral**  
 Mauricio Saldanha Motta

**Vice-Diretora-Geral**

Gisele Maria Ribeiro Vieira

**Diretor de Ensino**

Dayse Haime Pastore

**Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação**

Ronney Arismel Mancedo Boloy

**Diretora de Extensão**

Renata da Silva Moura

**Diretora de Administração e Planejamento**

Bianca de Franca Tempone Felga de Moraes

**Diretora de Gestão Estratégica**

Diego Moreira de Araújo Carvalho

**Diretoria de Ensino**

**Coordenadoria dos Cursos de Graduação**

**Revisão Pedagógica**

Cristiane do Nascimento Gomes Borges

Lucas Matheus Gonçalves Bulhões

Rafael Antonio Baptista de Carvalho

**Estrutura Organizacional – Unidade XXXXX**

**Diretor** XXXXX

**Gerente Acadêmico**

XXXXXX

**Gerente Administrativo**

XXXXXX

**Núcleo Docente Estruturante (NDE)**

**Portaria n° XXX, de data:**

Prof. (Profª) XXXXXX; D.Sc. ou M.Sc. (Coordenador(a))

Prof. (Profª) XXXXXX; D.Sc. ou M.Sc.

Prof. (ProfªXXXXXX; D.Sc. ou M.Sc.

Prof. (Profª) XXXXXX; D.Sc. ou M.Sc.

Prof. (Profª) XXXXXX; D.Sc. ou M.Sc.

Prof. (Profª) XXXXXX; D.Sc. ou M.Sc.

Prof. (Profª) XXXXXX; D.Sc. ou M.Sc.

*Pensamento*

###### Índice

<Para atualizar o índice, clique com o botão direito e selecione **atualizar campo** depois indique **atualizar o índice inteiro>**

[Template para construção/revisão de Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação 1](#_Toc134802512)

[Projeto Pedagógico 2](#_Toc134802513)

[Nome do Curso 2](#_Toc134802514)

[1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO 3](#_Toc134802515)

[2. Apresentação 4](#_Toc134802516)

[2.1. A Instituição 4](#_Toc134802517)

[2.1.1. Breve histórico 4](#_Toc134802518)

[2.1.2. Inserção regional 7](#_Toc134802519)

[2.1.3. Filosofia, princípios, missão, visão e objetivos 9](#_Toc134802520)

[2.1.4. Gestão acadêmica da instituição e do curso 10](#_Toc134802521)

[2.2. Legislação 14](#_Toc134802522)

[3. ORGANIZAÇÃO DO CURSO 17](#_Toc134802523)

[3.1. Concepção do curso 17](#_Toc134802524)

[3.1.1. Justificativa e pertinência do curso 17](#_Toc134802525)

[3.1.2. Objetivos do curso 17](#_Toc134802526)

[3.1.3. Perfil do Egresso 17](#_Toc134802527)

[3.1.4. Competências, habilidades e atividades desenvolvidas 17](#_Toc134802528)

[3.2. Dados do curso 18](#_Toc134802529)

[3.2.1. Formas de Ingresso 18](#_Toc134802530)

[3.2.2. Horário de Funcionamento 19](#_Toc134802531)

[3.2.3. Estrutura Organizacional 19](#_Toc134802532)

[3.3. Estrutura curricular 19](#_Toc134802533)

[3.3.1. Organização curricular 19](#_Toc134802534)

[3.3.2. Estágio supervisionado 23](#_Toc134802535)

[3.3.3. Trabalho de Conclusão de Curso 27](#_Toc134802536)

[3.3.4. Atividades Complementares 27](#_Toc134802537)

3.3.5. ATIVIDADES DE EXTENSÃO................................................................................ 27

[3.3.6. Grade Curricular 27](#_Toc134802538)

[3.3.7. Ementas e Programas das Disciplinas 28](#_Toc134802539)

[3.4. Procedimentos Didáticos e Metodológicos 29](#_Toc134802540)

[4. SISTEMA DE AVALIAÇÃO 29](#_Toc134802541)

[4.1. Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem 29](#_Toc134802542)

[4.2. Avaliação do Projeto do Curso 29](#_Toc134802543)

[4.2.1. Ações Decorrentes dos Processos de Avaliação 30](#_Toc134802544)

[5. RECURSOS DO CURSO 30](#_Toc134802545)

[5.1. Corpo Docente 30](#_Toc134802546)

[5.1.1. Núcleo Docente Estruturante 32](#_Toc134802547)

[5.1.2. Coordenação do Curso 33](#_Toc134802548)

[5.1.3. Setores de atendimento administrativo e acadêmico 33](#_Toc134802549)

[5.2. Instalações Gerais 33](#_Toc134802550)

[5.3. Instalações Específicas 35](#_Toc134802551)

[5.4. Biblioteca 37](#_Toc134802552)

[5.5. Corpo discente 37](#_Toc134802553)

[5.5.1. Programas de atendimento ao discente 37](#_Toc134802554)

[5.5.2. Programas com Bolsa 38](#_Toc134802555)

[ANEXOS 43](#_Toc134802556)

[ANEXO I - Reconhecimento do Curso de XXXXXX 44](#_Toc134802557)

[Anexo II - Fluxograma do Curso de XXXXX por Subáreas de Conhecimento 45](#_Toc134802558)

[45](#_Toc134802559)

[45](#_Toc134802560)

[45](#_Toc134802561)

[Anexo III - Fluxograma Padrão do Curso de XXXXXXX 1](#_Toc134802562)

[Anexo IV - Ementa e Bibliografia das Disciplinas do Curso 1](#_Toc134802563)

[Anexo V - Estatuto do CEFET/RJ 3](#_Toc134802564)

[Anexo VI – Laboratórios (colocar fotos) 12](#_Toc134802565)

[ANEXO VII – Tabela dos cursos 13](#_Toc134802566)

# 1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação:

Modalidade:

Habilitação:

Titulação conferida:

Autorização:

Ano de início do funcionamento do Curso:

Tempo de integralização:

Tempo máximo de integralização:

Reconhecimento:

Resultado do ENADE:

Regime acadêmico:

Número de vagas oferecidas:

Turno de oferta:

Carga-horária total do Curso:

Carga-horária mínima estabelecida pelo MEC:

Conceito Preliminar de Curso (CPC)

Conceito de Curso (CC):

**Endereço:**Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ  
XXXXXXX

**Contatos:**  
*E-mail*: xxxx  
Telefone: xxxxx

www.cefet-rj.br

# 2. Apresentação

## 2.1. A Instituição

(O texto abaixo, narrando o histórico do CEFET/RJ, pode ser aproveitado/mantido)

No Brasil, os Centros Federais de Educação Tecnológica refletem a evolução de um tipo de instituição educacional que, no século XX, acompanhou e ajudou a desenvolver o processo de industrialização do país.

### 2.1.1. Breve histórico

Situada na cidade que foi capital da República até 1960, a Instituição ora denominada CEFET/RJ teve essa vocação definida desde 1917, quando, criada a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, pela Prefeitura Municipal do Distrito Federal – origem do atual Centro –, recebeu a incumbência de formar professores, mestres e contramestres para o ensino profissional. Tendo passado à jurisdição do Governo Federal em 1919, ao se reformular, em 1937, a estrutura do então Ministério da Educação, também essa Escola Normal é transformada em liceu destinado ao ensino profissional de todos os ramos e graus, como aconteceu às Escolas de Aprendizes Artífices, que, criadas nas capitais dos Estados, por decreto presidencial de 1909, para proporcionar ensino profissional primário e gratuito, eram mantidas pela União.

Naquele ano de 1937, tinha sido aprovado o plano de construção do liceu profissional que substituiria a Escola Normal de Artes e Ofícios. Antes, porém, que o liceu fosse inaugurado, sua denominação foi mudada, passando a chamar-se Escola Técnica Nacional, consoante o espírito da Lei Orgânica do Ensino Industrial, promulgada em 30 de janeiro de 1942. A essa Escola, instituída pelo Decreto-Lei n° 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, que estabeleceu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, coube ministrar cursos de 1 ciclo (industriais e de mestria) e de 2 ciclo (técnicos e pedagógicos).

O Decreto n 47.038, de 16 de outubro de 1959, traz maior autonomia administrativa para a Escola Técnica Nacional, passando ela, gradativamente, a extinguir os cursos de 1 ciclo e atuar na formação exclusiva de técnicos. Em 1966, são implantados os cursos de Engenharia de Operação, introduzindo-se, assim, a formação de profissionais para a indústria em cursos de nível superior de curta duração. Os cursos eram realizados em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, para efeito de colaboração do corpo docente e expedição de diplomas. A necessidade de preparação de professores para as disciplinas específicas dos cursos técnicos e dos cursos de Engenharia de Operação levou, em 1971, à criação do Centro de Treinamento de Professores, funcionando em convênio com o Centro de Treinamento do Estado da Guanabara (CETEG) e o Centro Nacional de Formação Profissional (CENAFOR).

É essa Escola que, tendo recebido outras designações em sua trajetória – Escola Técnica Federal da Guanabara (em 1965, pela identificação com a denominação do respectivo Estado) e Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca (em 1967, como homenagem póstuma ao primeiro Diretor escolhido a partir de uma lista tríplice composta pelos votos dos docentes) –, transforma-se em Centro Federal de Educação Tecnológica, pela Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978.

Desse modo, desde essa data, o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ, no espírito da lei que o criou, passou a ter objetivos conferidos a instituições de educação superior, devendo atuar como autarquia de regime especial, nos termos do Art.4o da Lei no 5.540, de 21/11/68, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar.

Em 06/10/78, através do Parecer no 6.703/78, o Conselho Federal de Educação aprovou a criação do Curso de Engenharia, com as habilitações Industrial Mecânica e Industrial Elétrica, sendo esta última com ênfases em Eletrotécnica, Eletrônica e Telecomunicações. No primeiro semestre de 1979, ingressaram no CEFET/RJ as primeiras turmas do Curso de Engenharia nas habilitações Industrial Elétrica e Industrial Mecânica, oriundas do Concurso de vestibular da Fundação CESGRANRIO.

Em 29/09/82, o então Ministro de Estado da Educação e Cultura, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto no 83.857, de 15/08/79, e tendo em vista o Parecer no 452/82 do CFE, conforme consta do Processo CFE no 389/80 e 234.945/82 do MEC, concedeu o reconhecimento do Curso de Engenharia do CEFET/RJ, através da Portaria no 403 (Anexo I), publicada no D. O. U. do dia 30/09/82.

A partir do primeiro semestre de 1998, iniciaram-se os cursos de Engenharia de Produção e de Administração Industrial, bem como os Cursos Superiores de Tecnologia. No segundo semestre de 2005, teve início o Curso de Engenharia de Controle e Automação. Dois anos depois, no segundo semestre de 2007, deu-se início o Curso de Engenharia Civil. Mais tarde, no segundo semestre de 2012, um novo curso de graduação passou a ser oferecido no Maracanã: Bacharelado em Ciências da Computação. Em 2018, no segundo semestre, começou a ser ofertado o Bacharelado em Física e Licenciatura em Matemática, em 2020.

Desde 1992, o CEFET/RJ passou a ofertar, também, cursos de mestrado em programas de pós-graduação s*tricto sensu*. Atualmente, o CEFET/RJ possui os seguintes cursos de Mestrado:1. Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas (antigo PPTEC) iniciado em 1992, Mestrado em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (início em 2008), Mestrado em Engenharia Elétrica (início em 2009), Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação (início em 2010), Mestrado em Relações Étnico-Raciais (início em 2011), Mestrado Profissional em Filosofia e Ensino (início em 2015), Mestrado em em Ciência da Computação (início em 2016) e o Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (início em 2019).

Em 2013, começou o primeiro curso de Doutorado da instituição, em Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE). Em 2015, começou o curso de**Doutorado do Programa de Pós-graduação em Instrumentação e Óptica Aplicada (PPGIO). Em 2016 começou o Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas e também em 2016 o Doutorado em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais.**

**Em 2020, iniciaram os cursos de Pós-graduação *Lato Sensu.* Os cursos iniciados nesse ano foram o de Práticas, Linguagens e Ensino na Educação Básica e Patrimônio Cultural. Em 2022, iniciaram-se os cursos de Relações Étnico-Raciais e Educação: Sociedade, Linguagem e Relações Internacionais.**

A Instituição insere-se no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e, no âmbito interno da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, mantém um Banco de Projetos de Pesquisa, com projetos oficialmente cadastrados, que abrangem atividades desenvolvidas nos grupos de pesquisa e nos Programas de Pós-graduação, alguns deles com financiamento do CNPq, da FINEP, da FAPERJ, entre outras agências de fomento. Programas institucionais de iniciação científica e tecnológica beneficiam, respectivamente, os cursos de graduação e os de nível de Educação Básica, aí compreendidos o Ensino Médio e, em especial, os cursos técnicos.

Trazendo em sua história o reconhecimento social da antiga Escola Técnica, o CEFET/RJ expandiu-se academicamente e em área física. Hoje, a instituição conta com a unidade sede (Maracanã), além de sete Unidades de Ensino Descentralizadas (UnEDs). A primeira destas sete Unidades foi inaugurada em agosto de 2003 e está localizada em outro município, trata-se da UnED de Nova Iguaçu, situada no bairro de Santa Rita desse município da Baixada Fluminense. A segunda UnED foi inaugurada em junho de 2006 e corresponde à UnED de Maria da Graça, bairro da cidade do Rio de Janeiro. No segundo semestre de 2008, surgiram as Unidades de Petrópolis, Nova Friburgo e Itaguaí. Em 2010, foram inaugurados o Núcleo Avançado de Valença e a UnED de Angra dos Reis.

Desde 2011, o CEFET/RJ, juntamente com a UERJ, UENF, UNIRIO, UFRJ, UFF e UFRRJ integra um consórcio, em parceria com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Fundação Cecierj, com o objetivo de oferecer cursos de graduação à distância, na modalidade semipresencial, para todo o Estado. Ao iniciar o ano letivo de 2012, o CEFET/RJ passou a oferecer o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, nessa modalidade, visando atender a uma demanda latente de mercado regional, com base nos arranjos produtivos locais dos Polos do Consórcio CEDERJ do Estado do Rio de Janeiro e no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia 2011.

A atuação educacional do CEFET/RJ inclui, então, a oferta regular de cursos de ensino médio e de educação profissional técnica de nível médio, cursos de graduação, incluindo cursos superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas, cursos de mestrado e de doutorado, além de atividades de pesquisa e de extensão, estas incluindo cursos de pós-graduação lato sensu, entre outros. A educação profissional técnica de nível médio é ofertada em nove áreas profissionais, que atualmente resultam em dezessete habilitações e trinta e cinco cursos técnicos. No nível superior, a Instituição conta com dezenove habilitações, que resultam em trinta e três cursos superiores.

Esse breve histórico retrata as mudanças que foram se operando no ensino industrial no país, notadamente no que diz respeito à ampliação de seus objetivos, voltados, cada vez mais, para atuar em resposta aos níveis crescentes das exigências profissionais do setor produtivo em face do avanço tecnológico e da globalização econômica. Os Centros Federais de Educação Tecnológica, por sua natural articulação com esse setor, são sensíveis à dinâmica do desenvolvimento, constituindo-se em agências educativas dedicadas à formação de recursos humanos capazes de aplicar conhecimentos técnicos e científicos às atividades de produção e serviços.

O CEFET/RJ é desafiado e se desafia a contribuir no desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro e da região, atento às Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior do país. Voltado a uma formação profissional que deve ir ao encontro da inovação e do desenvolvimento tecnológico, da modernização industrial e potencialização da capacidade e escala produtiva das empresas aqui instaladas, da inserção externa e das opções estratégicas de investimento em atividades portadoras de futuro – sem perder de vista a dimensão social do desenvolvimento –, o Centro se reafirma como uma Instituição pública que deseja continuar a formar quadros para os setores de metal-mecânica, petroquímica, energia elétrica, eletrônica, telecomunicações, informática e outros que conformam a produção de bens e serviços no país.

### 2.1.2. Inserção regional

(As informações aqui constantes podem ser aproveitadas, com atualização de alguns dados mais recentes e devem ser ajustadas, no que couber, quanto à realidade econômica e social, conforme o contexto regional e educacional de oferta do curso)

Segundo dados estimados pelo IBGE, o Estado do Rio de Janeiro com 1.200,330 km², abriga uma população de cerca de 6.211.223 de habitantes, sendo a unidade da Federação de maior concentração demográfica, 5.174,60 habitantes/km2, especialmente na Região Metropolitana, constituindo-se assim em um grande mercado consumidor de bens e serviços. Encontra-se em posição geográfica privilegiada, no centro da região geoeconômica mais expressiva do País, sendo o segundo Estado em importância econômica do Brasil.

Em 2022, a região Sudeste corresponde a 55,4% de participação no PIB (Produto Interno Bruto) nacional. A Região Sudeste tem uma população de 84.840.113 habitantes, sendo a mais populosa do Brasil e com a maior densidade demográfica do país, com aproximadamente 92 a 94 habitantes por km². Além disso, a região é a mais rica do país com uma economia baseada na indústria, finanças e comércio.

Admitindo-se um raio de 500 km, a partir da cidade do Rio de Janeiro, atingindo São Paulo, Belo Horizonte e Vitória, identifica-se uma região geoeconômica de grande importância sob o ponto de vista abastecedor/consumidor. Nesta região encontra-se mais de 40% da população do País, 52% do produto industrial, 64,4% do produto de serviços e 35,2% da produção agrícola. A movimentação de cargas nos portos do Sudeste é intensa e diversificada. Em maio de 2025, os portos da região bateram recorde ao movimentar 60 milhões de toneladas. A prestação de serviços e a indústria exercem papel fundamental na economia fluminense. Áreas como telecomunicações e tecnologia da informação são áreas de grande interesse para a prestação de serviços.

O setor industrial do Rio de Janeiro é o segundo mais importante do País. Indústrias como a metalúrgica, siderúrgica, gás-química, petroquímica, naval, automobilística, audiovisual, cimenteira, alimentícia, mecânica, editorial, gráfica, de papel e celulose, de extração mineral, extração e refino de petróleo, química e farmacêutica comprovam a diversidade da estrutura do setor industrial do Rio de Janeiro e sua potencialidade econômica.

O Estado do Rio de Janeiro destaca-se pela expressiva representatividade de suas indústrias de base, como por exemplo, a Petrobras (petróleo e gás natural), líder mundial no ramo, com tecnologia própria na extração de petróleo em águas profundas. O Estado do Rio de Janeiro é o maior produtor de petróleo e gás natural do País, respondendo, em 2025, por 88 da produção nacional e 77% do gás natural produzidos no país.

A Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (aços planos), por exemplo, é a maior da América Latina. Entre as diversas indústrias existentes estão a Vale S.A., uma das maiores mineradoras do mundo, a Cosigua (aços não planos), a Valesul (alumínio), a Ingá (zinco) e a Nuclep (equipamentos pesados). No setor energético, completam a lista a Eletrobrás, maior companhia latino-americana do setor de energia elétrica, Furnas Centrais Elétricas, Eletronuclear, entre outras.

Na indústria naval, uma das atividades econômicas mais antigas do Brasil - onde o Rio é pioneiro, inovando na construção de grandes plataformas de petróleo e em sofisticadas embarcações de apoio *offshore*. A participação do estado no setor está em **crescente retomada**, após a grave crise que atingiu o polo naval fluminense na última década.

O polo automotivo do Rio de Janeiro se concentra no sul do estado, com fábricas em Resende, Itatiaia e Porto Real. A região é considerada o segundo maior polo automotivo do Brasil em número de empresas. O desenvolvimento dessa indústria na região é impulsionado por um cluster automotivo que trabalha na articulação entre empresas, academia e governo. Principais fábricas e produção Volkswagen Caminhões e Ônibus (Resende), Nissan (Resende), Stellantis (Porto Real), Jaguar Land Rover (Itatiaia).

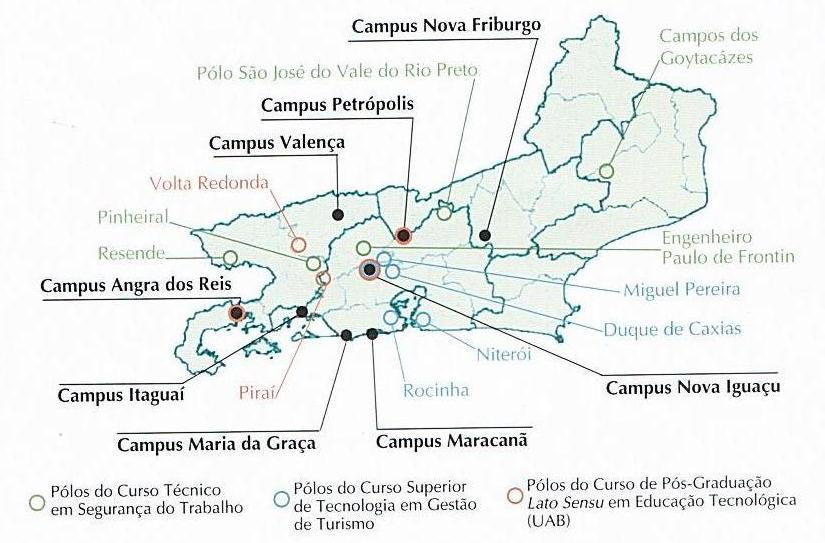
O polo tecnológico do Rio de Janeiro é uma rede que engloba centros de pesquisa, universidades, incubadoras e empresas de alta tecnologia, tanto na capital quanto em outras regiões do estado. Impulsionado por investimentos e pela colaboração entre academia e indústria, o setor atua em áreas como biotecnologia, química fina, novos materiais, tecnologia da informação e inteligência artificial.

A expansão da demanda interna, notadamente observada em gêneros como Bebidas e Perfumaria, Sabões e Velas, ressalta-se também o desempenho dos setores produtores de Material Plástico e de Materiais não Metálicos. A combinação de uma base tecnológica avançada, um dinâmico mercado consumidor e investimentos em infraestrutura faz com que esses setores tenham um bom desempenho no Rio de Janeiro. A demanda interna por bens de consumo duráveis e não duráveis, além dos projetos de construção e modernização, reforça a importância dessas indústrias para a economia local

O Estado apresenta um comércio dinâmico e uma atividade financeira intensa somados a uma pujante indústria de turismo.

O Estado do Rio de Janeiro representa uma alternativa disponível para projetos agropecuários modernos, intensivos em tecnologia, dentro do atual modelo agrícola brasileiro de cada vez mais buscar o crescimento da produção através do aumento da produtividade.

Desta forma o CEFET/RJ, com Sede situada no bairro Maracanã, com quase um século de existência, suas sete Unidades e diversos polos de Educação a distância, inseridos no Estado do Rio de Janeiro, conforme o mapa de situação a seguir, observando as demandas do mercado de trabalho, atua na formação de profissionais capazes de suprir as necessidades da Região, em diversas áreas e segmentos de ensino.



### 2.1.3. Filosofia, princípios, missão, visão e objetivos

Conforme consta no Plano de Desenvolvimento Institucional (CEFET/RJ, 2020, PDI 2020-2024, p. 25), o CEFET/RJ tem por ***missão***: “Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e econômico da sociedade”.

Corresponde à filosofia orientadora da ação no CEFET/RJ compreender essa instituição educacional como um espaço público de formação humana, científica e tecnológica. Compreender, ainda, que:

* todos os servidores são responsáveis por esse espaço e nele educam e se educam permanentemente;
* os alunos são corresponsáveis por esse espaço e nele têm direito às ações educacionais qualificadas que ao Centro cabe oferecer;
* a convivência, em um mesmo espaço acadêmico, de cursos de diferentes níveis de ensino e de atividades de pesquisa e extensão compõe a dimensão formadora dos profissionais preparados pelo Centro (técnicos, tecnólogos, engenheiros, administradores, docentes e outros), ao mesmo tempo em que o desafia a avançar no campo da concepção e realização da educação tecnológica.

A filosofia institucional se expressa, ainda, nos princípios norteadores do seu projeto político-pedagógico, documento (re) construído com a participação dos segmentos da comunidade escolar (servidores e alunos) e representantes dos segmentos produtivo e outros da sociedade. Integram tais princípios:

* defesa da educação pública e de qualidade;
* autonomia institucional;
* gestão democrática e descentralização gerencial;
* compromisso social, parcerias e diálogo permanente com a sociedade;
* adesão à tecnologia a serviço da promoção humana;
* probidade administrativa;
* valorização do ser humano;
* observância dos valores éticos;
* respeito à pluralidade e divergências de idéias, sem discriminação de qualquer natureza;
* valorização do trabalho e responsabilidade funcional.

Orientados pela legislação vigente, constituem objetivos prioritários do CEFET/RJ:

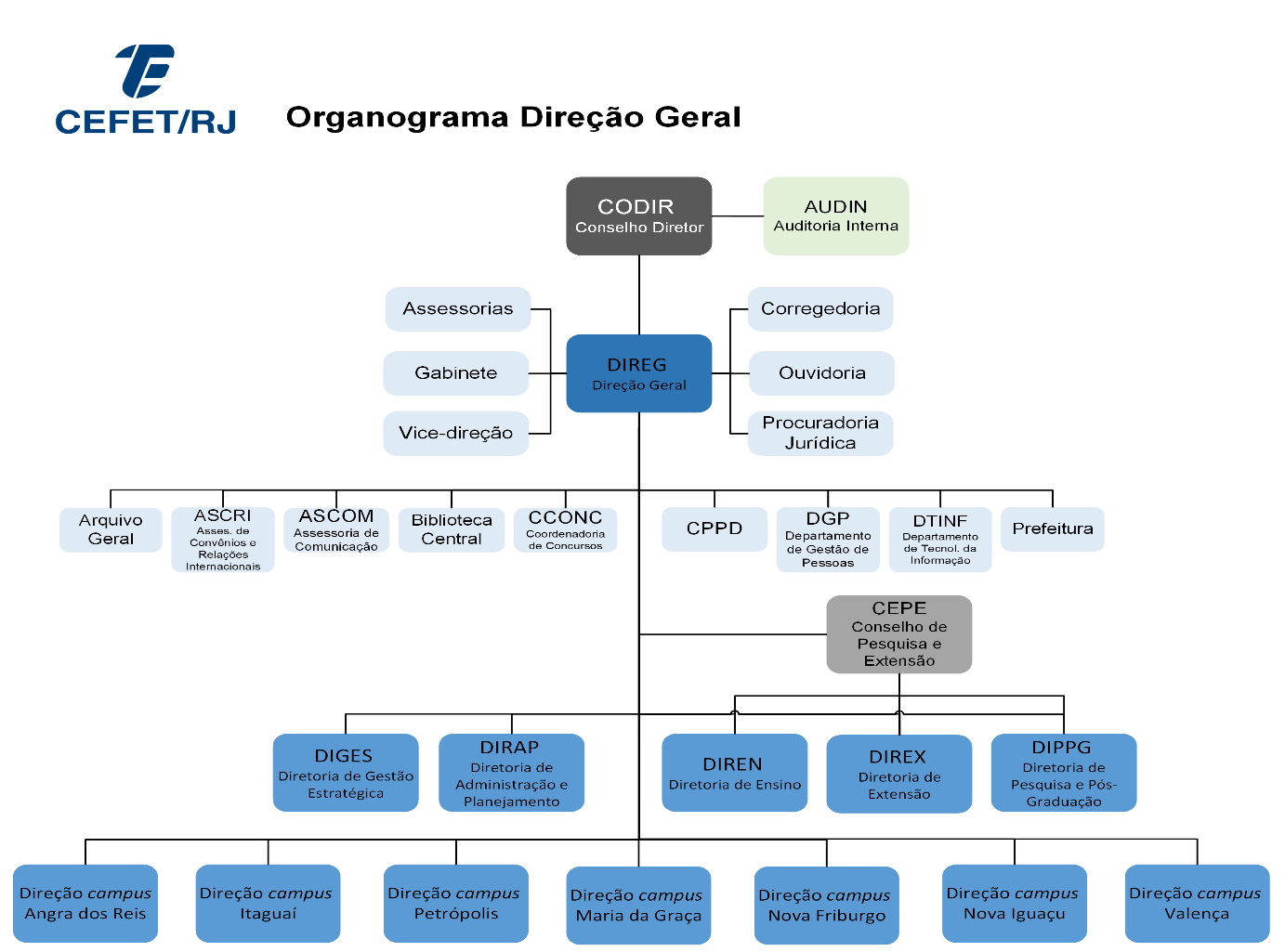
* ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia;
* ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu;
* ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica;
* ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;
* realizar pesquisas nas diversas áreas do conhecimento, estimulando o desenvolvimento de soluções e estendendo seus benefícios à sociedade;
* promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada;
* estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.

### 2.1.4. Gestão acadêmica da instituição e do curso

Segundo o Estatuto do CEFET/RJ aprovado pela Portaria no 3.796, de novembro de 2005 (Anexo V), do Ministério da Educação, a estrutura geral do CEFET/RJ compreende:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| I | Órgão colegiado: Conselho Diretor | | | |
| II | Órgãos executivos: | | | |
|  |  | | **Diretoria Geral:** i. Vice-Diretoria Geral; ii. Assessorias Especiais iii. Gabinete  Iv. Corregedoria  v. Ouvidoria  vi. Procuradoria | |
|  |  | |  | |
|  |  | | **Diretorias Sistêmicas** i. Diretoria de Administração e Planejamento ii. Diretoria de Ensino iii. Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação iv. Diretoria de Extensão v. Diretoria de Gestão Estratégica  **Diretorias de Unidades de Ensino** | |
| III | | Órgãos de controle: Auditoria Interna | |

A figura a seguir ilustra o organograma funcional do CEFET/RJ, com todas as suas diretorias sistêmicas e Unidades.



Fonte: site CEFET-RJ 2023 (estrutura organizacional)

À **Direção-Geral** (DIREG) compete à direção administrativa e política do Centro. A Assessoria Jurídica compete desenvolver trabalhos e assistência relacionados a assuntos de natureza jurídica definidos pelo Diretor-Geral e de interesse do CEFET/RJ.

A **Diretoria de Administração e Planejamento** (DIRAP) é o órgão encarregado de prover e executar as atividades relacionadas com a administração, gestão de pessoal e planejamento orçamentário do CEFET/RJ e sua execução financeira e contábil.

A **Diretoria de Ensino** (DIREN) é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento do ensino do CEFET/RJ, devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Diretoria de Extensão.

A **Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação** (DIPPG) é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da pesquisa e do ensino de pós-graduação do CEFET/RJ, devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Ensino e da Diretoria de Extensão.

A **Diretoria de Extensão** (DIREX) é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da extensão do CEFET/RJ, devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Ensino e Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

A **Diretoria de Gestão Estratégica** (DIGES) é o órgão responsável pela coordenação da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, acompanhamento da execução dos planos e projetos e fornecimento oficial das informações sobre o desempenho do CEFET/RJ.

As Unidades de Ensino estão subordinadas ao Diretor-Geral do CEFET/RJ e têm a finalidade de promover atividades de ensino, pesquisa e extensão. O detalhamento da estrutura operacional do CEFET/RJ, assim como as competências das unidades e as atribuições de seus dirigentes estão estabelecidas em Regimento Geral, aprovado pelo Ministério da Educação, em 1984.

A estrutura dos Conselhos Sistêmicos do CEFET/RJ está representada a seguir:



Cada *campus* ou Unidade possui um Conselho local, que corresponde a um órgão consultivo e deliberativo. O Colegiado é o órgão consultivode cada Departamento Acadêmico ou Coordenação para os assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com as diretrizes do Centro.

Na Unidade Sede, o Conselho local consultivo e deliberativo, que trata dos assuntos da graduação, é o Conselho Departamental (CONDEP). Tal conselho é a instância colegiada da Graduação no campus Maracanã. Os membros desse conselho são chefes dos departamentos/coordenações da Graduação e a representação discente. A chefia do DEPES, que também preside o CONDEP, é responsável pela supervisão e coordenação das atividades acadêmicas e administrativas do DEPES..

O DEPES é um órgão executivo da Diretoria de Ensino do CEFET/RJ, que trata das questões relativas ao planejamento e a execução das atividades de ensino superior no Maracanã (Sede). Cabe ao DEPES o planejamento e a implementação dos cursos sob sua supervisão, assim como os respectivos programas de graduação.

O Departamento de XXXXX da Unidade Sede é parte integrante do DEPES. O coordenador do curso auxilia no planejamento, execução e supervisão do ensino, pesquisa, extensão e demais atividades do curso. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) vem a contribuir neste sentido, uma vez que é responsável pela contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

O CEFET/RJ mantém uma estrutura acadêmico-administrativa, dando suporte aos discentes e docentes dos cursos de graduação do Maracanã através dos seguintes setores, além da Diretoria de Ensino, do DEPES e do próprio Departamento Acadêmico:

* Departamento de Registros Acadêmicos (DERAC): responsável pela vida escolar e atendimento aos alunos: fluxo curricular, matrículas, trancamentos, frequências, notas, aprovação/reprovação, colação de grau, diplomas.
* Secretaria Acadêmica (SECAD): responsável pelo apoio ao docente na condução de suas atividades acadêmicas e ao discente com informações sobre salas, docentes e avisos. Interage com os Departamentos e com o DERAC.
* Coordenadoria dos Cursos de Graduação (COGRA):  é subordinada à Diretoria de Ensino ( DIREN) e desenvolve atividades sistêmicas de atendimento às demandas dos cursos superiores de todos as unidades que compõe o Sistema Cefet/ RJ.
* As atividades da Cogra, incluem:

Processos de Transferência:

- Interna: Semestral e sistêmico, presencial e EaD: Planejar e confeccionar edital, coordenar e supervisionar as demandas referentes à realização do processo para preenchimento de vagas remanescentes em cursos de graduação do Cefet/RJ;

- Externa: Semestral e sistêmico: Planejar e confeccionar edital, coordenar e supervisionar as demandas referentes à realização do processo para preenchimento de vagas remanescentes em cursos de graduação do Cefet/RJ;

*- Ex-Offício: Semestral e sistêmico:* para servidores públicos federais civis ou militares estudantes, ou seus dependentes estudantes, que tenham sido transferidos por necessidade do serviço e sejam provenientes de instituições de ensino superior públicas;

- Processo  para  Portadores de Diploma: Semestral e sistêmico: Planejar e confeccionar edital, coordenar e supervisionar as demandas referentes à realização do processo para preenchimento de vagas remanescentes em cursos de graduação do Cefet/RJ;

- Processos de Mobilidade:

Mobilidade Acadêmica Interna: para alunos matriculados no Cefet/RJ, a fim de ingressarem em disciplinas de outras unidades de ensino da rede;

Mobilidade ANDIFES: para alunos matriculados em IES afiliadas que queiram cursar disciplinas isoladas nas unidades de ensino da rede Cefet/RJ.

Além disso, o setor recebe, guarda e encaminha ementas dos cursos de graduação do Cefet/RJ, para alunos, ex-graduandos do Cefet/RJ e interessados em cursar disciplinas na instituição e dá assessoria na elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) para as Coordenações dos cursos de graduação do Cefet/RJ.

* Setor de Estágio Supervisionado (SESUP): disponibiliza aos alunos todas as informações necessárias para a realização do Estágio Supervisionado da Graduação dos cursos do Maracanã. Este setor fica situado na SECAD.
* Departamento de Extensão e Assuntos Comunitários (DEAC): atua no sentido de viabilizar as condições de infraestrutura para a realização dos programas, projetos e atividades de extensão, de forma articulada com a comunidade interna e a sociedade.
* Seção de Recursos Didáticos (SERED): responsável pelos recursos audiovisuais disponibilizados aos docentes e discentes para a operacionalização e apoio às atividades acadêmicas, dentre eles: TV´s, vídeos, projetores multimídia, microsystem, DVD, etc.
* Comissão de Acompanhamento de Desempenho Discente (CAAD): (sistêmica)

As atribuições de cada CADD são as seguintes:

* 1. Acompanhar e orientar alunos que tenham apresentado baixo desempenho acadêmico de tal forma a orientá-los para a finalização do curso;
  2. Assessorar o seu respectivo coordenador acerca de assuntos relativos a

situação dos alunos em acompanhamento e orientação.

## 2.2. Legislação

(As legislações já mencionadas no corpo do texto são gerais e utilizadas para qualquer curso superior. Quanto às leis específicas, essas devem ser acrescentadas de acordo com cada Curso)

O Projeto Pedagógico de um Curso deve contemplar o conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam a prática pedagógica do curso, sua estrutura curricular, as ementas, a bibliografia, o perfil dos concluintes e outras informações significativas referentes ao desenvolvimento do curso, obedecidas as diretrizes curriculares nacionais, estabelecidas pelo Ministério da Educação. Além disso, as políticas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) devem sustentar o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que por sua vez devem sustentar a construção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Desta forma, o Projeto Pedagógico do curso de XXXXXXX, da Unidade Sede do CEFET/RJ, foi desenvolvido com base no Estatuto e no Regimento próprios do CEFET e considerando o seguinte embasamento legal:

* **Lei nº 9.394, de 20/12/1996**, que estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional;
* **Resolução CNE/CES nº 2, de 18/06/2007**, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
* **Plano Nacional de Educação** - PNE 2014/2024;
* **Resolução CEPE /CEFET-RJ nº 01/2015,** Aprova o tempo máximo de integralização dos cursos presenciais oferecidos pelo CEFET/RJ;
* **Resolução CEPE/CEFET-RJ nº01/2016,** Aprova as normas para criação de cursos técnicos de nível médio e de graduação no âmbito do CEFET/RJ;
* **Resolução N° 02/2023,** Aprova a proposta de Resolução que dispõe sobre a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Engenharia no âmbito do Cefet/RJ, e dá outras providências.
* Completar com demais leis, DCNs, resoluções, pareceres relacionados a cada Curso.

**Resolução CNE CES 009 de 2002** – Bacharelado ou Licenciatura em Física

**Resolução CNE CES 018 de 2002** – Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais

**Resolução CNE CES 003 de 2003** – Licenciatura em Matemática

**Resolução CNE CES 004 de 2005** – Administração

**Resolução CNE CES 013 de 2006** – Turismo

**Resolução CNE CES 005 de 2016** – Ciência da Computação, Sistemas de Informação

**Resolução CNE CES 002 de 2019** – Engenharia Ambiental, Civil, de Alimentos, de Computação, de Controle e Automação, de Produção, de Telecomunicações, Elétrica, Eletrônica, Mecânica, Metalúrgica

**Resolução CNE CP 001 de 2021** – Cursos Tecnólogos em Gestão Ambiental, Gestão de Turismo, Sistemas para Internet

Além disso, com relação à estrutura curricular, são contempladas as exigências dos seguintes documentos:

* **Decreto 4.281 de 25/06/2002**, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27/04/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;
* **Lei nº 10.639/03**, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira;
* **Resolução CNE/CP nº 1, de 17/06/2004**, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
* **Decreto nº 5.626, de 22/12/2005**, que Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24/04/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Tal decreto estabelece, em seu Capítulo II, que a disciplina Libras é optativa para alguns; cursos, como o de engenharia, e é obrigatória para outros, como o de licenciatura;
* **Lei 11.645/08,** que torna obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena;
* **Resolução CNE/CP nº 1, de 30/5/2012**, que apresenta as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
* **Lei nº 12.764, de 27/12/2012**, que trata da Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
* [**Lei Nº 13.146/2015**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art112),  Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;
* **Decreto nº 12.456/2025,** Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino;
* **Portaria MEC nº 506, DE 10 DE JULHO DE 2025**, Regulamenta o Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que trata da oferta de educação a distância por Instituições de Educação Superior - IES em cursos de graduação, no que se refere à formação acadêmica e às atribuições do corpo docente, dos mediadores pedagógicos, dos tutores e dos responsáveis pelos Polos de Educação a Distância - Polos EaD, às atividades presenciais e avaliações de aprendizagem, aos materiais didáticos e plataformas digitais, bem como à criação, funcionamento, alteração de endereço e extinção dos Polos EaD.
* [**Diretrizes Curriculares - Cursos de Graduação /Bacharelado e Licenciatura**;](http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991)
* **Carga Horária mínima dos cursos de Graduação, c**onforme disposto pelo CNE.
* **Outras legislações diversas não relacionadas.**\* (conforme os cursos e assuntos tratados no PPC, ou posteriores a este template)

REGULAMENTAÇÕES SOBRE CURRICULARIZAÇÃO EXTENSÃO

* [**Plano Nacional de Educação**](http://pne.mec.gov.br/) - PNE 2014/2024;
* [RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014;](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192)
* **Resolução CEPE /CEFET-RJ nº 01/2023,** Aprova as diretrizes para curricularização da extensão no ensino superior;

Com relação à constituição de comissões ou núcleos, são contempladas as exigências dos documentos a seguir:

* **Lei nº 10.861, de 20/12/2004**, que em seu Art.11 estabelece que cada Instituição deve constituir uma CPA (Comissão Própria de Avaliação) com as funções de coordenar e articular o seu processo interno de avaliação e disponibilizar informações;
* **Resolução CONAES nº 1, de 17/06/2010**, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

As propostas apresentadas neste projeto estão em consonância com o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e o PPI (Projeto Pedagógico Institucional), considerando a articulação entre estes três documentos, e com as orientações estabelecidas pelo MEC na elaboração das Diretrizes Curriculares, uma vez que:

* demonstram a preocupação com a qualidade do Curso de Graduação de modo a permitir o atendimento das contínuas modificações do mercado de trabalho;
* ressaltam a necessidade da formação de um profissional generalista que irá buscar na Educação Continuada conhecimentos específicos e especializados;
* apontam a necessidade de desenvolvimento e aquisição de novas habilidades para além do ferramental técnico da profissão;
* valorizam as atividades externas;
* discutem a necessidade de adaptação do conteúdo programático às novas realidades que se apresentam ao CEFET, passando estas adaptações inclusive pela criação de novas disciplinas ou modificação das cargas horárias já existentes.

O Projeto Pedagógico aqui apresentado é fruto de uma coletânea de estudos variados e resultado de um trabalho em conjunto, organizado pela coordenação do curso. Todo corpo docente também foi convidado a participar, revisando o programa de suas disciplinas, atualizando a bibliografia e adequando a metodologia de ensino e o sistema de avaliação de forma a estruturar o curso conforme as Diretrizes Curriculares e as recomendações do MEC. Os alunos também têm oportunidade de participar de forma efetiva, através de seus relatos, questionamentos e solicitações feitos junto à coordenação.

# 3. ORGANIZAÇÃO DO CURSO

## 3.1. Concepção do curso

### 3.1.1. Justificativa e pertinência do curso

Importância da oferta/existência do curso a partir da realidade nacional, regional e local.

Necessidades e demandas da região de localidade do curso. Ênfase nos aspectos econômicos, educacionais, sociais, ambientais e profissionais. Demanda por profissionais do curso e inserção dos egressos no plano regional e nacional.

Papel do curso no desenvolvimento sustentável da região e de acordo com demandas do setor relacionado ao mercado de trabalho regional. Mencionar, ao longo deste item, os diversos campos de atuação em que o profissional formado pelo curso poderá atuar.

### 3.1.2. Objetivos do curso

Os objetivos do curso devem ser descritos não somente em termos de formação, mas também do impacto do curso na realidade em que se insere. Contribuições do curso para o desenvolvimento socioeconômico e socioambiental da região. Importância e relevância profissional dos egressos no contexto social. Intencionalidade das propostas e ações do curso. Objetivos profissionais, sociais, econômicos e ambientais que orientam o curso nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão (compreendidos de forma indissociável) e que tomam como base ampla a missão institucional prevista no PDI.

Os objetivos do curso devem apresentar coerência com o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular e o contexto educacional. Devem estar em profunda consonância com a justificativa.

Objetivos gerais: de acordo com as finalidades gerias da educação superior e da missão do Cefet/RJ.

Objetivos específicos: alvos mais próximos e diretamente relacionados às peculiaridades do curso.

### 3.1.3. Perfil do Egresso

Perfil do egresso em termos de saberes, competências e habilidades necessárias à formação profissional, observando: conhecimento da realidade regional; compromisso social; respeito à diversidade, à ética, à solidariedade, à justiça e à democracia como valores; autonomia intelectual; postura crítica, reflexiva e transformadora; competência profissional para o mundo contemporâneo. Deve expressar uma formação condizente com a justificativa, com o perfil e os objetivos do curso; bem como com os problemas que o egresso estará apto a resolver.

### 3.1.4. Competências, habilidades e atividades desenvolvidas

Descrição das competências e habilidades profissionais do egresso do curso, tendo em vista o campo de atuação profissional e as diversas possibilidades de inserção no mundo do trabalho.

## 3.2. Dados do curso

### 3.2.1. Formas de Ingresso

(Para facilitar, estão enumeradas abaixo algumas formas que existem na instituição quanto ao ingresso de estudantes. Verificar qual delas são utilizadas pelo Curso deixando apenas estas. Caso haja outras formas, acrescentá-las.)

O ingresso no Curso de XXXXXX do CEFET/RJ se dá através de seis formas distintas.

**Classificação junto ao SiSU - ENEM**

Por classificação junto ao Sistema de Seleção Unificada - SiSU, com base nas notas obtidas pelo candidato no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A Instituição oferece 100% de suas vagas de primeiro período por meio deste sistema. O cronograma das etapas de inscrição é o estabelecido no SiSU. O número de vagas ofertadas, as pontuações mínimas, o peso atribuído à nota de cada área de conhecimento do Enem, a confirmação do interesse para constar na Lista de Espera do SiSU, os procedimentos para matrícula, bem como todos os critérios do CEFET/RJ para esse processo seletivo constam em edital divulgado em “notícias” no Portal da Instituição[[1]](#footnote-1).

**Transferência Externa**

Processo seletivo aberto a alunos regularmente matriculados em Instituição de ensino superior (IES), oriundos de estabelecimentos reconhecidos, de acordo com a legislação em vigor, sendo, contudo, limitado às vagas existentes, de acordo com edital específico divulgado no Portal da Instituição8.

**Transferência Interna**

Remanejamento Interno, obedecendo a normas estabelecidas em edital específico, no qual um aluno, regularmente matriculado em um curso de Graduação do CEFET/RJ, muda para outro da mesma Instituição, dentro da mesma área de conhecimento. Os Departamentos Acadêmicos dos Cursos de Graduação apresentam, a cada semestre, o número de vagas passível de preenchimento para cada um de seus cursos. Esta relação é encaminhada a Diretoria de Ensino para confecção de edital unificado. Os processos de admissão por transferência geralmente ocorrem em meados de cada semestre letivo, antes do período para o qual haja vagas disponíveis e é regido pelas normas estabelecidas no edital disponível em “notícias” no Portal da Instituição1.

**Ex-ofício**

Transferência regida por legislação específica, Lei no 9.536, de 11/12/97, aplicada a funcionários públicos federais e militares.

**Mobilidade ANDIFES**

Para alunos matriculados em IES afiliadas que queiram cursar disciplinas isoladas nas unidades de ensino da rede Cefet/RJ.

**Reingresso**

Podem ser aceitos alunos portadores de diploma de graduação em áreas correlatas à Engenharia Mecânica, segundo edital específico disponibilizado em “notícias” no Portal da Instituição8. Ao estudante cujo reingresso venha ser deferido para um determinado curso de graduação, é vedada qualquer mudança posterior de curso.

### 3.2.2. Horário de Funcionamento

Turno do curso

### 3.2.3. Estrutura Organizacional

Gestão acadêmica do curso.

Breve descrição dos setores de apoio (DERAC, SERAC, NAPNE, DIAPE, SAPED, BIBLIOTECA...)

## 3.3. Estrutura curricular

### 3.3.1. Organização curricular

Carga horária mínima em componentes curriculares obrigatórios, componentes curriculares complementares de graduação (eletivos), estágios curriculares, atividades complementares de graduação, trabalho de conclusão de curso (TCC), projetos integrados, práticas profissionais, atividades de extensão, pesquisa ou outras. Ter sempre como referência a Diretriz Curricular do respectivo curso, quando houver, e as previsões legais. Deve-se estar atento aos aspectos referentes à flexibilidade, interdisciplinaridade, compatibilidade da carga horária total (em horas-aula e aulas-relógio) e articulação da teoria com a prática.

Definição de núcleos de conteúdos (básicos, profissionalizantes e específicos, quando for o caso): disciplinas componentes e integralização total subdividida em percentuais.

(As tabelas podem ser utilizadas para o preenchimento das disciplinas dos Núcleos de Conteúdos Básicos, Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes e Núcleo de Conteúdos Específicos dos respectivos Cursos)

A tabela a seguir apresenta as disciplinas do Núcleo de Conteúdos Básicos:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DISCIPLINAS DO NÚCLEO DE CONTEÚDOS BÁSICOS** | **TÓPICOS**  **(Resolução**  **CNE/CES no 02/2019)** | **Aulas Semanais** | | **Créditos** |
| **Teórica** | **Extensão** |
| Teoria Geral de Turismo |  | 54 | x | 3 |
| Introdução à Administração |  | 54 | x | 3 |
| Geografia do Turismo |  | 36 | x | 2 |
| Expressão Oral e Escrita em Língua Portuguesa |  | 36 | x | 2 |
| Economia do Turismo |  | 36 | x | 2 |
| Transportes |  | 36 | x | 2 |
| Turismo e Meio Ambiente |  | 36 | 18 | 3 |
| Cultura Brasileira |  | 36 | X | 2 |
| Gestão de Projetos |  | 36 | X | 2 |
| Planejamento e Organização do Turismo I |  | 36 | 18 | 3 |
| Planejamento e Organização do Turismo II |  | 36 | 18 | 3 |
| **Total** | | **432** | **54** | **27** |
| **Carga horária-aula deste Núcleo:** | 486 | | | |
| **Carga horária-relógio deste Núcleo** | 405 | | | |
| **Carga horária total do Curso:** | 1.760 | | | |

As tabelas a seguir apresentam, respectivamente, as disciplinas do Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes e do Núcleo de Conteúdos Específicos:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DISCIPLINAS DO NÚCLEO DE**  **CONTEÚDOS PROFISSIONALIZANTES** | **TÓPICOS**  **(Resolução**  **CNE/CES no 02/2019)** | **Aulas Semanais** | | **Créditos** |
| **Teórica** | **Extensão** |
| Alimentos e Bebidas |  | 36 | X | 2 |
| Marketing Aplicado ao Turismo |  | 36 | 18 | 3 |
| Meios de Hospedagem I |  | 54 | 18 | 4 |
| Agenciamento de Viagens |  | 54 | X | 3 |
| Organização e Gestão de Eventos I |  | 36 | X | 2 |
| Organização e Gestão de Eventos II |  | 18 | 36 | 3 |
| Meios de Hospedagem II |  | 36 | X | 2 |
| Gestão Financeira aplicada à Hotelaria |  | 36 | 36 | 4 |
| Prática Extensionista em Recreação e Agenciamento de viagens |  | 18 | 18 | 2 |
| Montagem e Elaboração de Roteiros Turísticos |  | 18 | 18 | 2 |
| **Total** | | **342** | **144** | **27** |
| **Carga horária-aula deste Núcleo:** | 486 | | | |
| **Carga horária-relógio deste Núcleo** | 405 | | | |
| **Carga horária total do Curso:** | 1.760 | | | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DISCIPLINAS DO NÚCLEO DE**  **CONTEÚDOS ESPECÍFICOS** | **Aulas Semanais** | | **Créditos** |
| **Teórica** | **Extensão** |
| História Regional | 36 | x | 2 |
| História da Arte I | 54 | x | 3 |
| Língua Espanhola I | 36 | x | 2 |
| Língua Inglesa I | 36 | x | 2 |
| Sociologia do Turismo e do Lazer | 36 | x | 2 |
| História da Arte II | 36 | x | 2 |
| Língua Espanhola II | 36 | x | 2 |
| Língua Inglesa II | 36 | x | 2 |
| Língua Espanhola III | 36 | x | 2 |
| Língua Inglesa III | 36 | x | 2 |
| Patrimônio Cultural | 54 | x | 3 |
| Língua Espanhola IV | 36 | x | 2 |
| Língua Inglesa IV | 36 | x | 2 |
| Turismo e Tecnologia | 36 | x | 2 |
| Acessibilidade e Inclusão | 36 | x | 2 |
| **Total** | **576** | **x** | **32** |
| **Carga horária-aula deste Núcleo:** | 576 | | |
| **Carga horária-relógio deste Núcleo:** | 480 | | |
| **Carga horária total do Curso:** | 1.760 | | |

Disciplinas Eletivas Curriculares:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| DISCIPLINAS OPTATIVAS | **Aulas Semanais** | | **Créditos** |
| **Teórica** | **Prática** |
| Optativa I | 36 | X | 2 |
| Optativa II | 36 | X | 2 |
| Optativa III | 36 | X | 2 |
| **TOTAL** | 108 | X | 6 |
| **Carga horária-aula total** | 108 | | |
| **Carga horária-relógio total** | 90 | | |
| **Carga horária total do Curso:** | 1.760 | | |

Sintetizando, tem-se a seguinte distribuição de carga horária para o curso:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Núcleo de Conteúdos** | **Carga horária (HORA-AULA)** | **Carga horária**  **(HORA-RELÓGIO)** | **Carga horária percentual** |
| **Básicos** | 432 | 360 | 20,5% |
| **Profissionalizantes** | 342 | 285 | 16,2% |
| **Específicos** | 576 | 480 | 27,3% |
| **Optativas** | 108 | 90 | 5,0% |
| **Atividades Complementares** | 80 | 80 | 4,6% |
| **Atividades de Extensão** | 198 | 165 | 9,4% |
| **Estágio Supervisionado** | 300 | 300 | 17,0% |
| **Projeto Final** | 0 | 0 | 0 |
| **Total** | 2.036 | 1.760 | 100% |

### 3.3.2. Estágio supervisionado

(Caso haja)

**Legislação, Conceitos e Objetivos**

O Estágio Supervisionado é uma disciplina obrigatória do Currículo Pleno dos Cursos de Graduação do CEFET/RJ, segundo disposições da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que revogou a Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, e o Decreto n.° 87.497, de 18 de agosto de 1982. A carga horária atribuída à disciplina em questão obedece ao que está estabelecido nas Resoluções CNE/CES no 2, de 18/06/2007, e no 02, de 24/04/2019. Todo o procedimento adotado para a realização do estágio supervisionado está disponível no Portal[[2]](#footnote-2),[[3]](#footnote-3) da Instituição.

Por meio dessa disciplina, o aluno conhece e participa *in loco* dos principais problemas inerentes à profissão pretendida, melhor se qualificando para o exercício técnico profissional. Assim, toda uma gama de valores e conhecimentos científicos e sócio-culturais enriquecerá sua bagagem de vivência, aumentando sua experiência profissional.

A disciplina Estágio Supervisionado tem uma duração mínima de xxxx horas para o curso de xxxxx, contadas a partir da data de matrícula na disciplina, para alunos em efetiva atividade de estágio. Para matricular-se na disciplina em questão, o aluno deverá ter concluído, no mínimo, xxxx (xxxx) créditos. A jornada de atividades terá que compatibilizar-se com o horário escolar, evitando-se prejuízos à formação acadêmica do aluno.

Após matricular-se na disciplina de Estágio Supervisionado, o aluno deverá formalizar o seu estágio junto à DIEMP (Divisão de Integração Empresarial), com credenciamento da empresa concedente do estágio e assinatura do termo de compromisso. Obrigatoriamente, o Termo de Compromisso será celebrado entre o estudante e a empresa concedente do estágio, com interveniência da Instituição Federal de Ensino, atentando para que as atividades oferecidas sejam compatíveis com a formação profissional do estudante e contribuam para seu processo educativo. Ainda durante o primeiro mês de aulas, o aluno deverá procurar o Setor de Estágios (SESUP), para preenchimento da ficha de inscrição e receber as informações necessárias para o cumprimento da disciplina. A Instituição conta com mais de duas mil empresas conveniadas para estágio.

A realização do estágio curricular, por parte do estudante, não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza. Entretanto, poderá o estagiário receber uma bolsa-auxílio para ajudar na sua locomoção e outras despesas, devendo o estudante estar segurado contra acidentes pessoais.

O acompanhamento e controle do cumprimento do programa do estágio são feitos através da análise de um relatório realizado pelo aluno e de uma Ficha de Avaliação preenchida pelo Responsável pelo aluno na Empresa.

O principal objetivo do Estágio Supervisionado é a complementação do ensino teórico, tornando-se instrumento de aperfeiçoamento técnico-científico, de treinamento prático e de integração entre a Instituição de Ensino e o mercado de trabalho, possibilitando uma atualização contínua do conteúdo curricular.

Assim, o Estágio Supervisionado deve proporcionar ao aluno oportunidade para aplicar os conhecimentos acadêmicos e, ao mesmo tempo, adquirir vivência profissional na respectiva área de atividade, além de aprimorar o relacionamento humano, uma vez que possibilita ao aluno avaliar suas próprias habilidades perante situações práticas da vida.

Independente de estar cursando a disciplina Estágio Supervisionado, poderá o aluno fazer estágio em empresas em qualquer semestre letivo, sem, no entanto, obter créditos na disciplina. Esse tipo de estágio, não curricular, poderá ser obtido por conta própria ou através de contato com a Divisão de Integração Empresarial (DIEMP), que providenciará a documentação necessária, de acordo com a Lei nº 11.788.

**Regulamento para a Realização da Disciplina Estágio Supervisionado:**

O regulamento tem como objetivo normatizar as atividades relacionadas com a disciplina Estágio Supervisionado. Conforme determina a legislação em vigor, todos os estudantes devem realizar estágio curricular como condição necessária para a conclusão do curso. O regulamento em questão define os procedimentos que devem ser seguidos pelos acadêmicos, pré-requisitos e prazos, servindo como orientação e definindo os direitos e as obrigações dos envolvidos.

I. Habilitação:

O estudante estará habilitado a esta disciplina após ter cumprido, com aprovação, um mínimo de créditos da matriz curricular dos cursos, momento em que começa a alcançar a maturidade técnico-científica necessária para assumir tarefas no mercado de trabalho. No curso de XXXXXX, estará habilitado o aluno que tiver cumprido um mínimo de XXX créditos (caso haja essa obrigatoriedade no curso).

II. Formalização do Estágio junto à DIEMP:

Deverá o aluno formalizar seu estágio junto à DIEMP – bloco B – térreo, com credenciamento da empresa concedente do estágio e assinatura do Termo de Compromisso.

III. Matrícula na disciplina:

Deverá o aluno fazer sua matrícula junto ao DERAC quando tiver cumprido os créditos necessários do seu curso, no início do ano letivo. Caso o aluno somente consiga um estágio após o encerramento do período legal de matrícula, dirigir-se à chefia do DERAC e solicitar sua matrícula extemporânea (requisito adotado somente com referência à disciplina Estágio Supervisionado). Assim procedendo, mesmo não completando as horas necessárias nesse período, o aluno já começará a contar as horas para o período seguinte, quando deverá renovar sua matrícula na disciplina.

IV. Documentação do aluno:

- Ficha para Avaliação de Estágio Supervisionado: identificação do aluno, da empresa e de suas atividades como estagiário e/ou empregado. Para se inscrever o aluno deverá preencher a ficha deste regulamento, disponível no Portal da Instituição[[4]](#footnote-4).

- Aluno Estagiário: apresentar termo de compromisso do estágio formalizado junto à DIEMP e o histórico escolar atualizado.

- Aluno Empregado: anexar à ficha cópia do contracheque atual e do 6° (sexto) mês anterior a este ou da carteira de trabalho e o Histórico escolar atualizado.

V. Prazos e locais para a entrega da documentação para formalização da disciplina Estágio Supervisionado:

O período, o horário e o local são definidos a cada semestre e divulgado na página[[5]](#footnote-5) do CEFET/RJ.

VI. Documentação informativa para elaboração do relatório de Estágio Supervisionado:

Após a aprovação do estágio pelo professor supervisor da disciplina de cada curso, o aluno deverá dirigir-se ao SESUP para receber as informações e documentos necessários para a elaboração do Relatório do Estágio Supervisionado, conforme segue:

- Norma para Avaliação da Disciplina Estágio Supervisionado: contém o roteiro para elaboração do Relatório de Estágio.

- Ficha Individual de Frequência: deverá ser preenchida e assinada pelo orientador da empresa para a avaliação de desempenho do estagiário. Caso o aluno seja funcionário da empresa, estará isento de apresentá-la no ato da entrega do Relatório de Estágio.

- Questionário de Avaliação do Estágio Supervisionado: deverá ser preenchido pelo aluno, com informações acerca de seu estágio e sumário do relatório.

- Carta de Apresentação do Aluno à Empresa: informa data de devolução dos documentos e a importância do estágio para a vida do estudante.

Ao final do estágio, o aluno deve entregar uma versão impressa do Relatório Final e uma versão do Relatório em meio digital (CD). Datas e locais para recebimento da documentação informativa para elaboração do relatório: definida a cada semestre e divulgada na página do CEFET/RJ.

VII. Seminários Obrigatórios:

O aluno deverá escolher a data no SESUP, assinalando em formulário próprio, e apresentar oralmente, perante o professor orientador e seus colegas, as atividades desenvolvidas na empresa onde estagia.

VIII. Duração do Estágio:

Contados a partir da data de matrícula na disciplina, para estudantes em efetiva atividade de estágio, terá uma duração mínima de XXX (XXX) horas para o curso em questão.

IX. Avaliação de Desempenho na Disciplina:

A avaliação do Estágio Supervisionado dependerá da entrega, no prazo previsto pelo Setor de Estágio Supervisionado (SESUP), dos documentos que gerarão o Grau da Avaliação Funcional – GAF – e o Grau da Avaliação do Relatório – GAR. Será considerado aprovado o aluno que obtiver média final (MF) igual ou superior a 6,0 (seis), resultante da média ponderada das duas avaliações citadas, não havendo exame final nesta disciplina:

MF = (GAF + 2 x GAR)/3, onde:

GAF – Grau da Avaliação Funcional – com peso 1, é a média aritmética das avaliações atribuídas aos itens da Ficha Individual de Frequência, com os seguintes códigos de notas correspondentes:

A – de 8,1 a 10,0

B – de 6,1 a 8,0

C – de 4,1 a 6,0

D – de 3,1 a 4,0

E – de zero a 3,0

GAR – Grau de Avaliação do Relatório – com peso 2, é o grau atribuído ao Relatório do Estágio Supervisionado, emitido pelo professor avaliador.

O relatório deverá ser estruturado conforme o roteiro fornecido pelo SESUP. Além do conteúdo, será avaliada, também, a apresentação do Relatório.

**Observação:** o aluno funcionário está isento da apresentação da Ficha Individual de Frequência.

X. Supervisão da Disciplina:

Para a verificação de autenticidade das informações prestadas pelo aluno na Ficha para Avaliação de Estágio Supervisionado, professores supervisores, encarregados pelos Departamentos Acadêmicos, realizarão visitas periódicas às empresas. O objetivo destas é verificar o entrosamento pessoal do futuro profissional e sua adaptação à empresa, avaliando se desempenha funções compatíveis com a sua formação acadêmica. Ao mesmo tempo, coloca o CEFET-RJ, através do potencial científico e tecnológico, a serviço da sociedade, colhendo sugestões que melhor aproximem os cursos da realidade empresarial.

XI. Datas para a entrega do Relatório de Estágio Supervisionado:

O período, o local e o horário são definidos a cada semestre e divulgados no Portal12.

XII. Observações:

O aluno que não entregar o Relatório ao final do período letivo corrente deverá renovar a matrícula na disciplina Estágio Supervisionado, garantindo o registro de sua nota no período letivo correspondente à entrega do Relatório de Estágio. A matrícula na disciplina Estágio Supervisionado equivalerá às matrículas em disciplinas curriculares normais, porém, não será computada para o cálculo da carga horária semanal. Caso apareça um ZERO no histórico escolar do aluno matriculado na disciplina que não entregou o Relatório no período, dirigir-se ao DERAC (Secretaria Escolar) após a nova matrícula na disciplina e solicitar a retirada dessa nota zero para não baixar o CR do aluno.

No impedimento legal, quanto às datas e horários de atendimento estabelecidos neste regulamento, atender-se-á à entrega dos documentos através de procuração ou pessoa credenciada. Será expressamente recusado o recebimento da documentação quando apresentada fora do prazo determinado e dos horários de atendimento estabelecidos.

### 3.3.3. Trabalho de Conclusão de Curso

(Caso haja.)

Deverá conter: definição, informações referentes à formação de banca examinadora, escolha de tema e avaliação.

Obs.: Obrigatório para os cursos que contemplam trabalho de conclusão de curso no PPC. Não obrigatório para os cursos que não possuem Diretrizes Curriculares Nacionais ou para cursos cujas diretrizes não preveem a obrigatoriedade deste.

### 3.3.4. Atividades Complementares

Informar as normas para realização de atividades complementares de graduação considerando-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para cada curso, bem como as definições de critérios, aproveitamento e equivalência de carga horária dessas atividades. Analisar e definir, no respectivo PPC, a carga horária mínima a ser cumprida pelo discente em atividades complementares.

As atividades complementares devem constar na matriz curricular. A carga horária destinada à realização dessas atividades conta para a integralização da carga horária total do curso.

Obs.: Obrigatório para os cursos que contemplam atividades complementares nas DCNs. Não obrigatório para cursos que não possuem Diretrizes Curriculares ou para os cursos cujas diretrizes não preveem a obrigatoriedade de atividades complementares.

3.3.5 ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Informar as atividades de extensão que integram a matriz curricular, interrelacionando a concepção e a prática dos princípios da extensão na Educação Superior entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. Lembrando que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;

### 3.3.6. Grade Curricular

Distribuição das disciplinas por semestre/ano conforme organização do curso, incluindo: código, título e quantidade de aulas (divididas em teórico, prática e estágio), além de créditos, carga horária semestral/anual e pré-requisitos com seus códigos. Sinalização de horas a serem cursadas em disciplinas optativas. Sugere-se a adoção de tabelas para facilitar a visualização.

(As tabelas podem ser preenchidas conforme modelo abaixo)

**Xº PERÍODO**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| *DISCIPLINA* | | | | | | | *PRÉ – REQUISITO* | |
| **CÓDIGO** | **TÍTULO** | **AULAS SEMANAIS** | | | **CRÉDITOS** | **CARGA HORÁRIA SEMESTRAL**  **h/a - h/r** | **CÓDIGO** | **TÍTULO** |
| **T** | **P** | **E** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Total | |  |  |  |  |  |  | |

CURSO - DISCIPLINAS OPTATIVAS

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DISCIPLINA OPTATIVA** | | | | | | | *PRÉ – REQUISITO* | |
| **CÓDIGO** | **TÍTULO** | **AULAS SEMANAIS** | | | **CRÉDITOS** | **CARGA HORÁRIA SEMESTRAL**  **h/a - h/r** | **CÓDIGO** | **TÍTULO** |
| **T** | **P** | **E** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Total | |  |  |  |  |  |  | |

OBS: O aluno deverá cursar, no mínimo, XXX **horas-aula** de disciplinas optativas.

### 3.3.7. Ementas e Programas das Disciplinas

As ementas devem ser inseridas como um dos anexos. O ementário compõe-se das ementas dos componentes curriculares. Cada ementa deve conter: nome do componente, carga-horária, objetivos, ementa (síntese dos objetivos e principais conhecimentos e saberes), referências bibliográficas básicas (no mínimo, três títulos) e complementares (no mínimo, cinco títulos). O programa completo da disciplina deve estar disponível no site, assim como o projeto pedagógico do curso.

O conteúdo programático, a metodologia utilizada, o tipo de avaliação empregada e as bibliografias básica e complementar de cada disciplina estão disponíveis nos Programas das Disciplinas ou Planos de Curso, podendo ser consultados no Portal da Instituição[[6]](#footnote-6). (alterar o link abaixo da página) A ementa e a bibliografia de cada disciplina também podem ser consultadas por meio do Anexo IV deste Projeto Pedagógico.

## 3.4. Procedimentos Didáticos e Metodológicos

Procedimentos adotados na instituição, inclusive em relação aos aspectos referentes à acessibilidade pedagógica e atitudinal. Os procedimentos deverão vir com breve descrição e acompanhados dos objetivos a serem atingidos.

# 4. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

## 4.1. Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

Definir critérios presentes nas resoluções, coeficiente de rendimento, frequência mínima etc.

## 4.2. Avaliação do Projeto do Curso

São identificadas cinco dimensões a serem analisadas pelo Departamento XXX, conforme descrito a seguir:

1. Autoavaliação realizada pela CPA
2. Desempenho discente: considera o resultado do ENADE, as taxas de evasão, aproveitamento e desempenho que os alunos egressos apresentam ao longo do curso;
3. Desempenho docente: se refere tanto à tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, quanto aos seus produtos, como publicações, premiações e demais formas de divulgação do trabalho docente.
4. Infraestrutura: trata das condições existentes para a prática da tríade Ensino, Pesquisa e Extensão.
5. Projeto e Gestão do Curso: se refere ao cumprimento do planejamento para o curso, com destaque para a capacidade de o curso evoluir e melhorar ao longo do tempo, e também dos aspectos institucionais do Sistema. O NDE (Núcleo Docente Estruturante) tem papel fundamental neste processo, uma vez que é responsável pela contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

**Autoavaliação realizada pela CPA**

XXXXXXXX

**Avaliações Externas**

XXXXXXXX

**Avaliação de Desempenho docente (Ressaltar a importância e participação do NDE)**

XXXXXXXX

### 4.2.1. Ações Decorrentes dos Processos de Avaliação

Os resultados das avaliações internas e externas descritas, referentes ao curso em questão, são considerados nas tomadas de decisões. As últimas avaliações geraram as seguintes ações:

* Investimento no acervo bibliográfico do curso
* Investimento nos laboratórios do curso
* Capacitação de docentes em nível de doutorado
* Admissão de docentes para o curso
* Atualização do Projeto Pedagógico do Curso
* Criação do Programa de Monitoria

# 5. RECURSOS DO CURSO

## 5.1. Corpo Docente

O corpo docente do curso de XXXXXX é constituído por professores com sólida experiência acadêmica e vasta experiência profissional. Atualmente, cerca de XXXX do corpo docente que ministra disciplinas de conteúdos profissionalizantes e específicos possui doutorado, XXXX possui mestrado e XXXX possui especialização. O CEFET/RJ estimula seu quadro de professores a realizar Mestrado e Doutorado, de forma a melhorar sua titulação.

A solicitação de concurso é realizada pela Diretoria de Ensino (DIREN) e aprovada pela Direção Geral (DIREG). O enquadramento do docente admitido dependerá da sua titulação e sua promoção será realizada com base nos seguintes critérios: titulação acadêmica, produção intelectual, tempo no exercício do magistério superior, dedicação ou regime de trabalho, desempenho acadêmico e/ou administrativo, serviços relevantes prestados e experiências profissionais.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **PROFESSOR** | **TITULAÇÃO** | **REGIME** | **VÍNCULO EEmpragatício** |
| 1- XXXXXXXXXXXXXXXX | XXXXXXXXXX | XXXXXXXXX | XXXXXXXXXX |
| 2- |  |  |  |
| 3- |  |  |  |
| 4- |  |  |  |
| 5- |  |  |  |
| 6- |  |  |  |
| 7- |  |  |  |
| 8- |  |  |  |
| 9- |  |  |  |
| 10- |  |  |  |
| 25- |  |  |  |

A tabela anterior apresenta a relação dos professores lotados no Departamento XXXXX que ministram aulas no curso de XXXXX. Tais professores atuam, sobretudo, em disciplinas do núcleo de conteúdos profissionalizantes ou específicos.

A tabela a seguir apresenta a relação dos professores que ministram aulas no Curso de XXXXXX e estão lotados nos Departamentos de XXXXXXX. Tais professores atuam, sobretudo, em disciplinas do núcleo de conteúdos básicos.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| PROFESSOR | **Titulação** | **REGIME** | **VÍNCULO EEmpragatício** |
| 1. XXXXXXXXXXXXX | XXXXXXXX | XXXXXXXX | XXXXXXXXXX |
| 2- |  |  |  |
| 3- |  |  |  |
| 4- |  |  |  |
| 5- |  |  |  |
| 6- |  |  |  |
| 7- |  |  |  |
| 8- |  |  |  |
| 9- |  |  |  |
| 10- |  |  |  |
| 11- |  |  |  |
| 12- |  |  |  |
| 13- |  |  |  |
| 14- |  |  |  |
| 15- |  |  |  |
| 16- |  |  |  |
| 17- |  |  |  |
| 18- |  |  |  |
| 19- |  |  |  |

Há ainda professores de outros departamentos que ministram disciplinas no curso, sobretudo do XXXXXXX e do Departamento do Ensino Médio/Técnico (DEMET). Os professores colaboradores estão relacionados a seguir:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Professor** | **Titulação** | **REGIME** | **VÍNCULO EEmpragatício** |
| 1- |  |  |  |
| 2- |  |  |  |
| 3- |  |  |  |
| 4- |  |  |  |
| 5- |  |  |  |
| 6- |  |  |  |
| 7- |  |  |  |
| 8- |  |  |  |

Assim, atuam no curso um total de XXX professores, destes XX são doutores, XX mestres, XX graduados e XX especialistas. O percentual das titulações está descrito na tabela a seguir, onde se observa que XXX% do corpo docente que atua no curso são mestres ou doutores:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Professor** | **Quantidade** | **Percentual** |
| Doutores | XX | XX% |
| Mestres |  |  |
| Especialistas |  |  |
| Graduados |  |  |
| Total |  | 100% |

(Preencher o Gráfico com os números dos docentes e sua formação.).

### 5.1.1. Núcleo Docente Estruturante

Entre os requisitos que constam na Resolução CONAES N° 1, de 17/06/2010, tem-se que o Núcleo Docente Estruturante (NDE) deve ser composto por membros do corpo docente do curso que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo e:

I - seja constituído por um mínimo de 5 professores do curso;

II - tenha pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em Programas de Pós-graduação;

III - tenha todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de XXXXXX atende a normativa pertinente, sendo composto por ... **(Descrever o NDE e sua composição)**

### 5.1.2. Coordenação do Curso

A coordenação do curso é exercida pelo Chefe do Departamento de **XXXXX**, **Prof.** **XXXXXXX**, que possui... **(descrever sua formação).**

### [5.1.3. Setores de atendimento administrativo e acadêmico](#_Toc516652672)

## 5.2. Instalações Gerais

Instalações e espaço físico geral existente na unidade. Atenção especial às condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Citar, caso esse item não seja bem atendido, Termo de Ajuste de Conduta, assinado pela instituição, prevendo a adequação dos prédios para permitir as condições adequadas de acesso.

## 5.3. Instalações Específicas

Instalações e espaço físico existentes e dedicados ao curso.

Equipamentos e laboratórios: identificação - descrever as finalidades e objetivos do laboratório, sua utilização, seus serviços, entre outros assuntos de maior relevância. Equipamentos: detalhar os equipamentos do laboratório, bem como sua quantidade.

Obs.: Os cursos que optarem pela oferta de componentes curriculares semipresenciais deverão prever a infraestrutura pertinente, tais como: laboratório de informática, conectividade, com internet; acervo digital on-line; recurso institucionais: Plataforma Moodle, webconferência, videoconferência.

O Curso de XXXXXXXX possui instalações físicas adequadas ao desempenho de todas as suas funções e uma estrutura administrativa completa para o atendimento aos docentes e discentes:

A coordenação do curso está instalada ....

**Laboratórios**

O Curso de XXXXXX disponibiliza para seus alunos um conjunto de laboratórios que atendem às propostas do curso, equipados com materiais e instrumentos próprios para o desenvolvimento da metodologia especificada de cada disciplina pertinente.

|  |  |
| --- | --- |
| **LABORATÓRIO DE XXXXX** | |
| Local | Sala XXXX |
| Descrição | Laboratório com área de XXXX, com capacidade para grupos de até XXX alunos. É composto por XXXX. (Esse laboratório é compartilhado com os cursos técnicos). |
| Equipamentos | O laboratório possui XXXX bancadas com capacidade para XXXX alunos, além da bancada do professor. Possui os equipamentos e as substâncias adequadas para a realização das atividades práticas descritas a seguir. |
| Disciplina(s) do Curso Atendida(s) | XXXXX |
| Aplicação | Ensino: realização das seguintes atividades práticas: |

(Caso seja utilizado!)

Além dos laboratórios de informática citados neste item, há outros disponíveis aos alunos do curso, que não estão associados a uma disciplina específica, podendo ser utilizados pelos alunos em horários livres, como, por exemplo, o laboratório do Quiosque. A COLAN é a Coordenadoria de Laboratórios de Análise Numérica, que compreende alguns laboratórios citados anteriormente, LABCOMP, LACAV, LACAM, LAETI e outros, também utilizados pelos alunos do curso, que serão descritos a seguir, todos no 3º andar do Bloco E.

|  |  |
| --- | --- |
| **COORDENADORIA DE LABORATÓRIOS DE XXXXXX** | |
| Local | Bloco XXXX  Salas XXXXXX |
| Descrição | XXXXXXXX |
| Equipamentos | **XXXXXXXX**  **Salas XXXXX:**  - Ambas possuem: computadores, projetor multimídia e tela retrátil.  **Sala XXXXXX:**  - XXXX computadores, projetor multimídia e tela retrátil.  **Sala XXXX:**  - XXXX computadores, projetor multimídia e tela retrátil. |
| Disciplina(s) do Curso Atendida(s) | XXXXXXXXXX |
| Aplicação | Desenvolvimento de atividades diversas pelos alunos, entre elas, a realização de pesquisas, individuais ou em grupo, elaboração de trabalhos e apresentações. |

|  |  |
| --- | --- |
| **LABORATÓRIO DO XXXXXX** | |
| Local | XXXXXXX |
| Descrição | XXXXXXXXX. |
| Equipamentos | XXXX computadores  XXX computadores de suporte administrativo do quiosque  Softwares utilizados: XXXX  Hardware Utilizados: XXXX |
| Disciplina(s) do Curso Atendida(s) | XXXXXXXXX |
| Aplicação | Desenvolvimento de atividades diversas pelos alunos, entre elas, a realização de pesquisas, individuais ou em grupo, elaboração de trabalhos e apresentações. |

## 5.4. Biblioteca

O acervo da Biblioteca da Unidade Maracanã é de, aproximadamente, XXX títulos, com cerca de XXX exemplares, dentre eles estão: livros impressos, dissertações, teses, monografias, enciclopédias, dicionários, vídeos, CD’s e outras publicações. A Biblioteca possui uma área física de 1.200 m2 e contempla áreas como Engenharia, Informática, Administração, Turismo, entre outras.

A Biblioteca Central do CEFET/RJ destina-se, principalmente, a atender à comunidade interna, mas também está disponível ao público externo. Funciona de 2a a 6a feira, no horário de 9 às 21 horas, no Bloco E, 4o andar, e conta com salão para leitura e sala de estudos, instalações adequadas tanto para o estudo individual quanto para o estudo em grupo, em área aberta ou salas exclusivas.

A biblioteca está informatizada pelo sistema “SOPHIA”, formando a base de dados cadastrais tais como: controle de livros e títulos de periódicos, entre outros, estando interconectadas com os computadores da rede interna do Centro e à internet. Além disso, pode-se ter acesso aos periódicos do Portal da Capes (www.periodicos.capes.gov.br).

O sistema de biblioteca da Universidade mantém convênio para empréstimo entre bibliotecas com diversas instituições, dentre elas:

* FGV
* Centro Cultural do Banco do Brasil/RJ
* UFRJ
* UERJ
* UVA

## 5.5. Corpo discente

### 5.5.1. Programas de atendimento ao discente

Ações inclusivas. Desenvolvimento de ações e projetos institucionais que tenham o objetivo de assegurar o acesso e a permanência, com sucesso, de todos os estudantes, em especial os que apresentam deficiência ou necessidades educacionais especiais. Atendimento pedagógico ao discente por meio do Programa de Acompanhamento ao Estudante. Programas de apoio financeiro.

O CEFET/RJ, estimula atividades tais como trabalhos de iniciação científica, projetos interdisciplinares, visitas técnicas, trabalhos em equipe, desenvolvimento de protótipos, monitorias, participação em empresas juniores e outras atividades empreendedoras. Tais atividades enriquecem a formação do aluno e permitem o aprimoramento pessoal e profissional do futuro engenheiro. O aluno do curso de XXXXXX é livre para escolher as atividades que deseja desenvolver, uma vez que tais atividades não são atividades obrigatórias. Fazem parte das atividades obrigatórias de algumas disciplinas do curso visitas técnicas e o desenvolvimento de projetos finais envolvendo mais de uma Instituição.

Os alunos do curso de XXXXXX podem participar das seguintes atividades oferecidas pela Instituição:

**Dupla diplomação ou titulação**

A dupla diplomação é uma ação conjunta da Assessoria de Convênios e Relações Internacionais (ASCRI) com a Diretoria de Ensino (DIREN).

Pelo acordo de cooperação acadêmica Brasil-Portugal, os alunos dos nono e décimo períodos dos cursos de graduação em Engenharia do Cefet/RJ podem ser matriculados nos cursos de mestrado em Engenharia Industrial, Energias Renováveis e Eficiência Energética e Qualidade e Segurança Alimentar do Instituto Politécnico de Bragança, em Portugal.

Ao final de um ano de curso, os estudantes brasileiros recebem o diploma de mestrado de origem portuguesa e o diploma de graduação em Engenharia pelo Cefet/RJ. O diploma de mestrado é válido para concorrer a uma vaga no doutorado em qualquer país da União Europeia, entretanto, não é equivalente ao curso de mestrado no Brasil.

### 5.5.2. Programas com Bolsa

Descrição de ações/projetos/atividades institucionais que não sejam contemplados na carga horária do curso e que contam com a participação de estudantes ou são desenvolvidos por estes.

Programas com bolsa: iniciação científica, monitoria, projetos de extensão, facilitadores de aprendizagem. Participação em projetos para competições; Cefet Jr. Consultoria; organizações etc. Participação em eventos periódicos: Semana de Extensão; Feira de Estágio e Emprego. Mobilidade acadêmica internacional e nacional.

**Iniciação Científica**

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica é um programa voltado para o desenvolvimento do pensamento científico, e de estímulo ao interesse pela pesquisa, dos estudantes de graduação e do ensino médio e técnico, denominados PIBIC e PIBIC-EM respectivamente. No CEFET-RJ, o programa é coordenado pela Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação – DIPPG.

O Programa PIBIC e PIBIC-EM visa, ainda:

a. Contribuir para a formação de recursos humanos, tanto para a pesquisa, quanto para qualquer atividade profissional;

b. Estimular pesquisadores produtivos a envolverem os estudantes da instituição em suas atividades: científica, tecnológica, profissional e artístico-cultural;

c. Proporcionar ao bolsista a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, estimulando o desenvolvimento do seu pensamento científico e da sua criatividade;

d. Possibilitar uma maior interação entre o ensino médio e técnico com a graduação e a pós-graduação;

e. Qualificar alunos para os programas de pós-graduação; e

f. Reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação

**Projeto de Ensino:**

Os projetos de ensino são projetos que desenvolvam metodologias, estratégias, recursos, produtos educacionais, cursos ou palestras didático-pedagógicos que sejam imediata e especialmente aplicados no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes atendidos pelos proponentes. No CEFET-RJ, o programa é coordenado pela Diretoria de Ensino (DIREN).

**Monitoria:**

O Programa de Monitoria do CEFET/RJ é coordenado pela Diretoria de Ensino (DIREN). A monitoria é uma atividade discente, cujo objetivo é auxiliar o professor, auxiliando grupos de estudantes em projeto acadêmico, visando à melhoria da qualidade do ensino de graduação, e fazendo com que neles seja despertado o interesse pela carreira docente.

A seleção dos monitores das disciplinas é realizada nos Departamentos ou Coordenações com critérios próprios de acordo com edital divulgado no Portal da Instituição[[7]](#footnote-7).

Existe, também, a possibilidade do aluno ser um monitor voluntário. Neste caso, ele não receberá o valor mensal creditado aos bolsistas. Esta modalidade de monitoria é interessante para aqueles que já possuem alguma bolsa não acumulável e têm o desejo de exercer as atividades deste Programa. Assim como os monitores bolsistas, os monitores voluntários recebem uma declaração de participação no Programa de Monitoria, o que é interessante para fins curriculares.

**Facilitadores de Aprendizagem**

O Programa Facilitadores de Aprendizagem refere-se à seleção de alunos de curso de graduação e pós-graduação do Sistema Cefet/RJ que atuarão como facilitadores de aprendizagem e tem por objetivo possibilitar a permanência e garantir acessibilidade aos estudantes com deficiência e/ou transtornos de aprendizagem nos Cursos de Educação Profissional e Tecnológica de nível médio, Subsequente, Graduação ou Pós-Graduação do Cefet/RJ.

**Projetos de Extensão:**

Considerando o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), no seu art. 43, inciso VII “A educação superior tem por finalidade: promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição”, o CEFET/RJ faz de sua área de extensão um importante alicerce na formação de seus alunos.

Desde a década de 90 o CEFET/RJ vem buscando desenvolver, consolidar e fortalecer experiências e projetos reconhecidos como atividades de extensão, entendendo esse tipo de realização acadêmica como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre a Instituição educacional e a sociedade.

Ao reafirmar a inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social como práxis educativa, a extensão acaba por favorecer o processo dialético teoria-prática e a interdisciplinaridade, princípios político-pedagógicos da educação tecnológica.

Os projetos de extensão deverão ser cadastrados na Diretoria de Extensão – DIREX, no Departamento de Extensão e Assuntos Comunitários – DEAC, conforme as normas do edital publicado no Portal. Cada projeto possui um coordenador, que poderá ser um servidor docente ou servidor técnico-administrativo. Este coordenador é o responsável pelo cadastro do projeto. O aluno interessado deve estar relacionado no Projeto de Extensão apresentado pelo servidor e realizar sua inscrição, obedecendo as regras do edital publicado no Portal.

Atualmente, as ações de extensão são: Programa de Bolsas de Extensão (PBEXT) e do Programa de Bolsas de Extensão para a área de Direitos Humanos (PBEXT-DH).

# ANEXOS

|  |  |
| --- | --- |
| Anexo I - Reconhecimento do Curso de XXXXXX (Portaria no XXXXX) |  |
| Anexo II - Fluxograma do Curso de XXXXX por Subáreas de Conhecimento |  |
| Anexo III - Fluxograma Padrão do Curso de XXXXXXX |  |
| Anexo IV - Ementa e Bibliografia das Disciplinas do Curso |  |
| Anexo V - Estatuto do CEFET/RJ (Portaria no 3.796/05) |  |
| Anexo VI – Laboratórios  Anexo VII – Tabela dos cursos |  |

## ANEXO I - Reconhecimento do Curso de XXXXXX

## Anexo II - Fluxograma do Curso de XXXXX por Subáreas de Conhecimento

**1º Período**

**2º Período**

**5º Período**

**6º Período**

**7º Período**

**8º Período**

**10º Período**

**3º Período**

**4º Período**

**9º Período**

De Síntese

Optativas

Gerais

De apoio

Organização da Produção

**GERAIS E DE APOIO:**

XXXX

XXXX

XXXX

XXXX

XXXX

XXXX

XXXX

**BÁSICAS:**

**SÍNTESE E OPTATIVAS:**

**ESPECIALIZAÇÕES:**

Gerais

De apoio

Organização da Produção

**GERAIS E DE APOIO:**

**BÁSICAS:**

XXXX

XXXX

XXXX

XXXX

De Síntese

Optativas

XXXX

XXXX

XXXX

**SÍNTESE E OPTATIVAS:**

**ESPECIALIZAÇÕES:**

## Anexo III - Fluxograma Padrão do Curso de XXXXXXX

## Anexo IV - Ementa e Bibliografia das Disciplinas do Curso

(A ementa pode ser preenchida aproveitando a estrutura das tabelas abaixo. Atenção ao preenchimento com o nome da disciplina, carga horária, código e os períodos.).

**Xº Período**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Xº Período** | **CÓDIGO** | XXXX | **Nome da Disciplina** | **CARGA HORÁRIA  (TEÓRICA)** | **XX h-a**  **h-r** |
| **EMENTA** | | | | | |
|  | | | | | |
| **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** | | | | | |
|  | | | | | |
| **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** | | | | | |
|  | | | | | |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Xº Período** | **CÓDIGO** | XXXX | **Nome da Disciplina** | **CARGA HORÁRIA  (TEÓRICA + PRÁTICA)** | **XX h-a**  **h-r** |
| **EMENTA** | | | | | |
|  | | | | | |
| **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** | | | | | |
|  | | | | | |
| **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** | | | | | |
|  | | | | | |

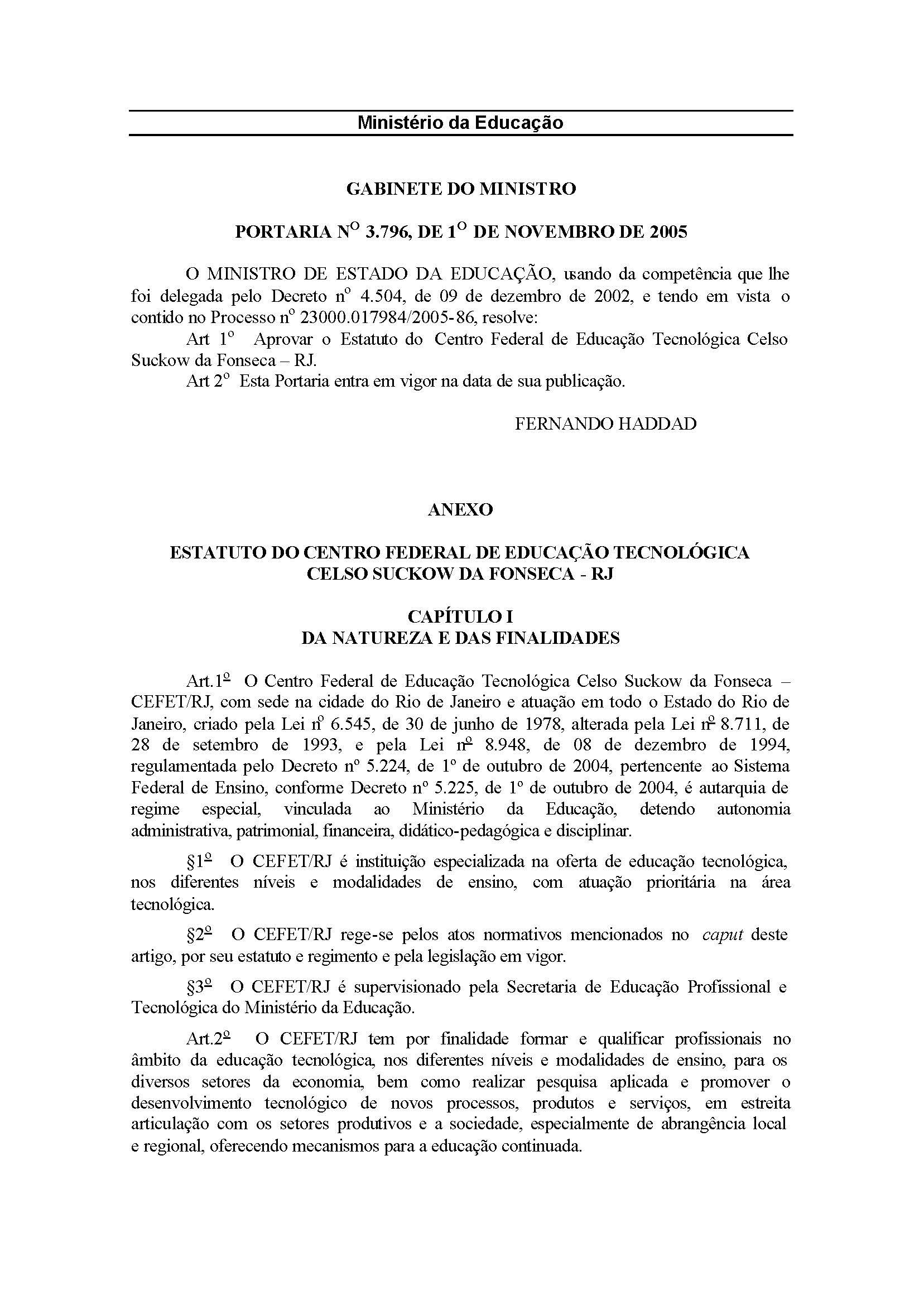
|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Xº Período** | **CÓDIGO** | XXXX | **Nome da Disciplina** | **CARGA HORÁRIA  (PRÁTICA)** | **XX h-a**  **h-r** |
| **EMENTA** | | | | | |
|  | | | | | |
| **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** | | | | | |
|  | | | | | |
| **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** | | | | | |
|  | | | | | |

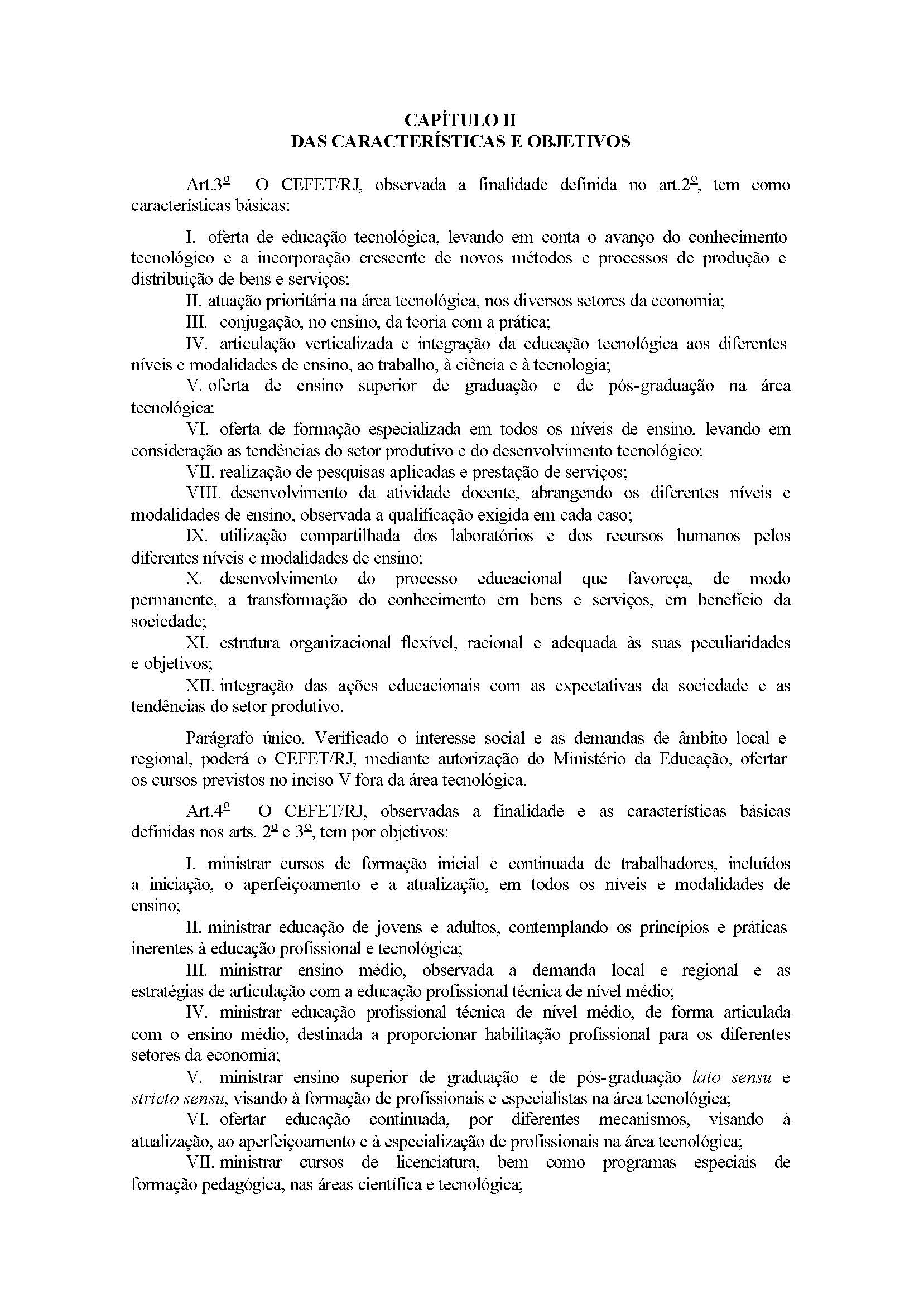
**OPTATIVAS**

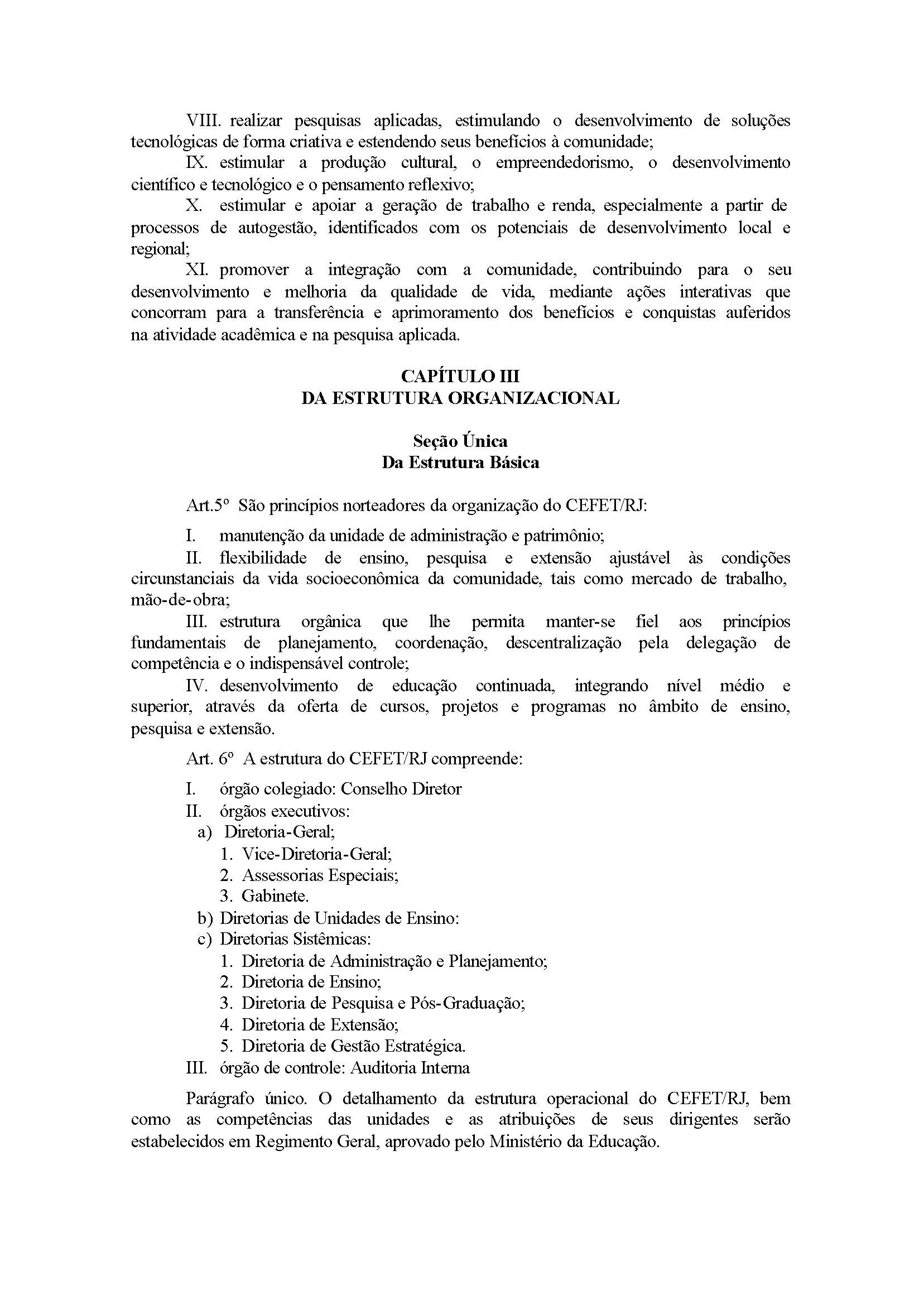
|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Optativa** | **CÓDIGO** | XXXX | **Nome da Disciplina** | **CARGA HORÁRIA  (TEÓRICA)** | **XX h-a**  **h-r** |
| **EMENTA** | | | | | |
|  | | | | | |
| **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** | | | | | |
|  | | | | | |
| **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** | | | | | |
|  | | | | | |

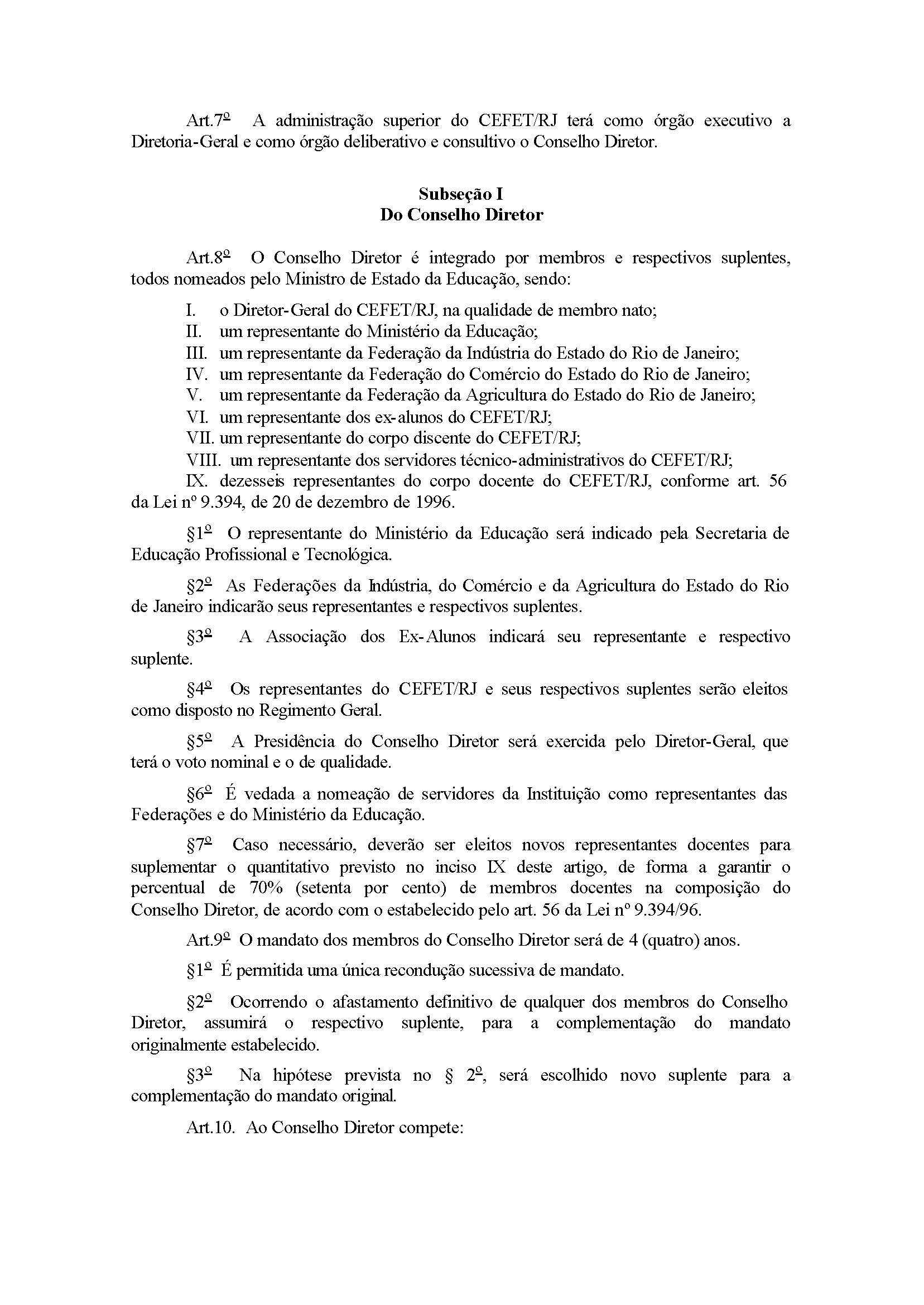
|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Optativa** | **CÓDIGO** | XXXX | **Nome da Disciplina** | **CARGA HORÁRIA  (TEÓRICA + PRÁTICA)** | **XX h-a**  **h-r**  **a** |
| **EMENTA** | | | | | |
|  | | | | | |
| **BIBLIOGRAFIA BÁSICA** | | | | | |
|  | | | | | |
| **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** | | | | | |
|  | | | | | |

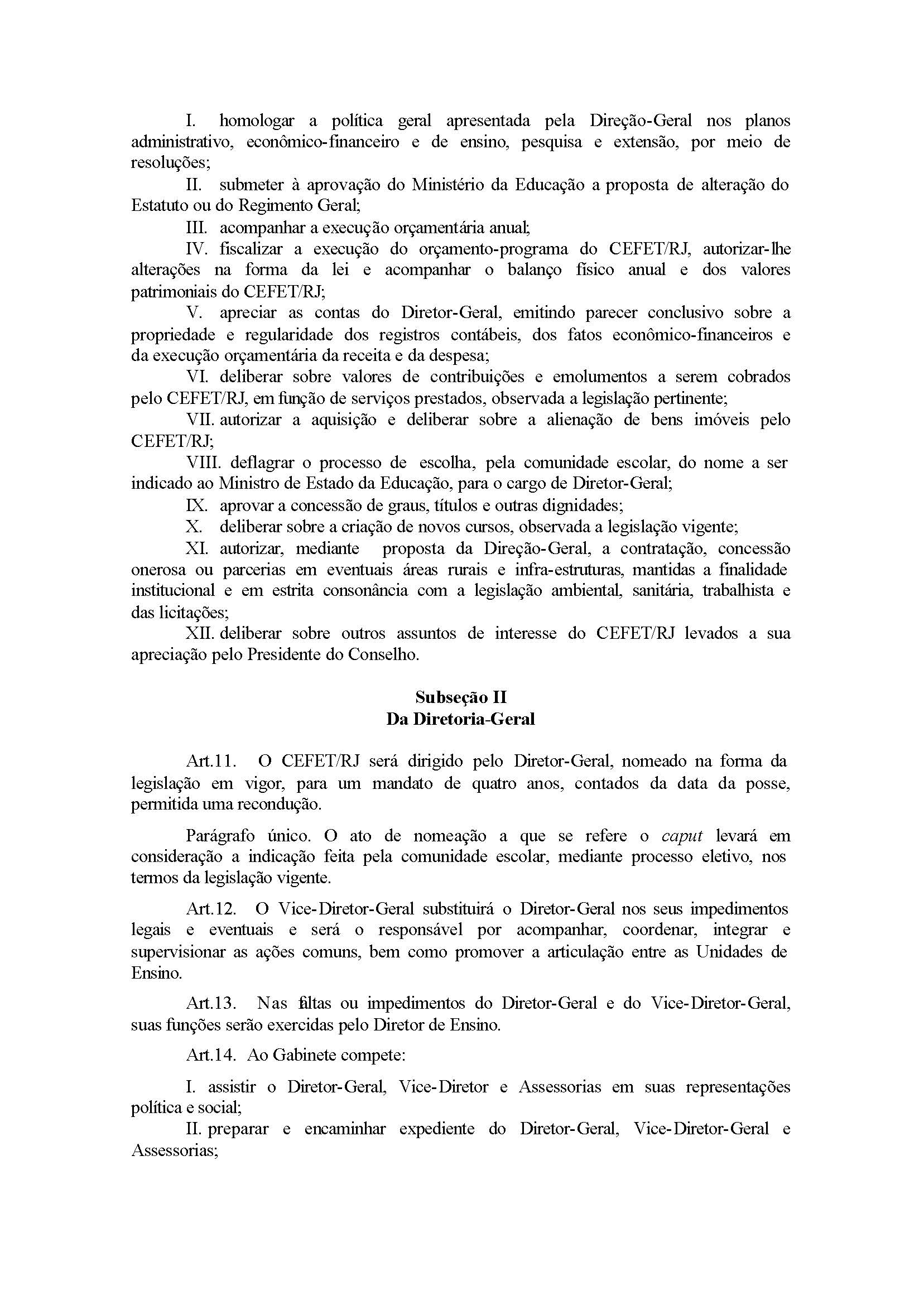
## Anexo V - Estatuto do CEFET/RJ

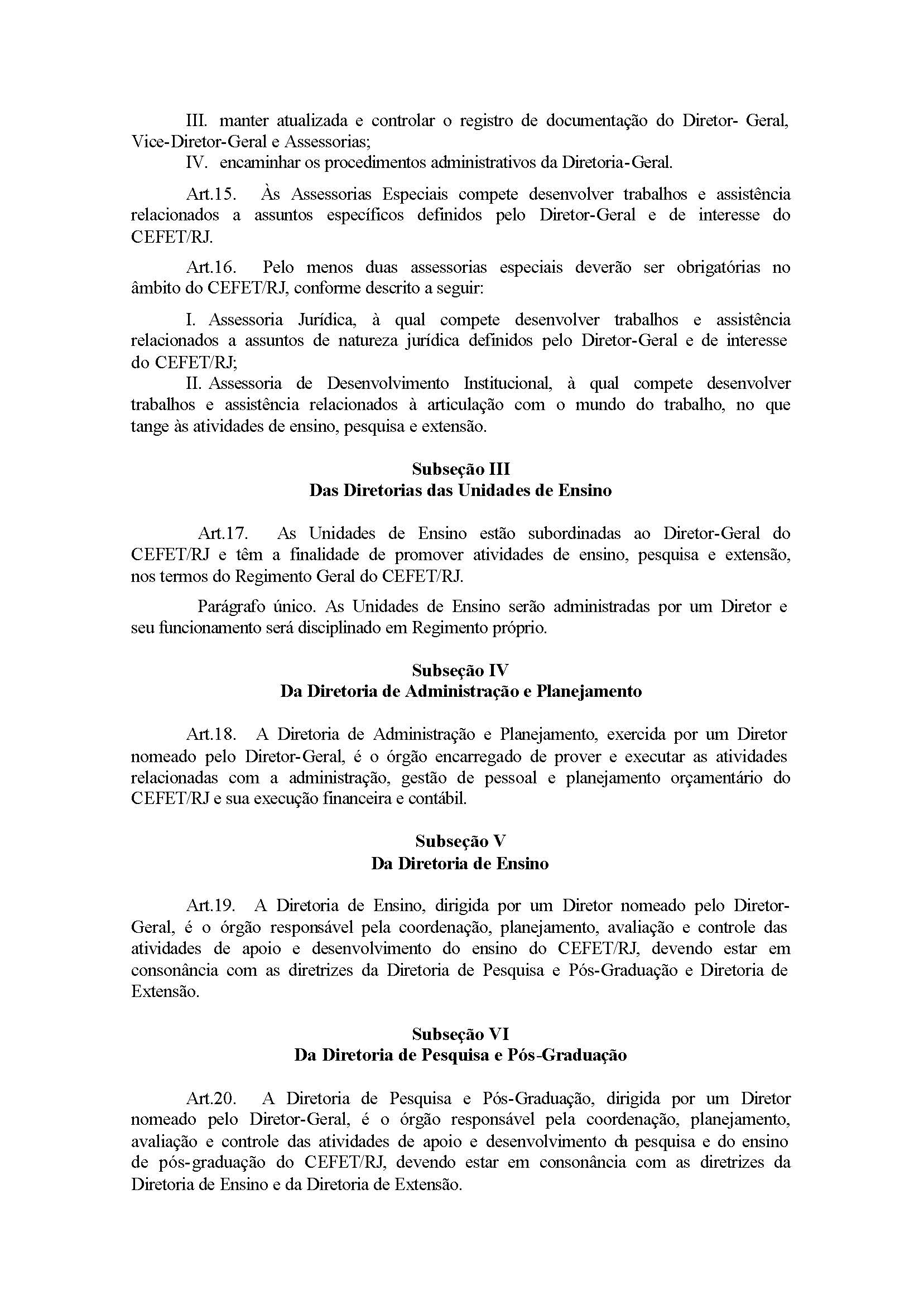


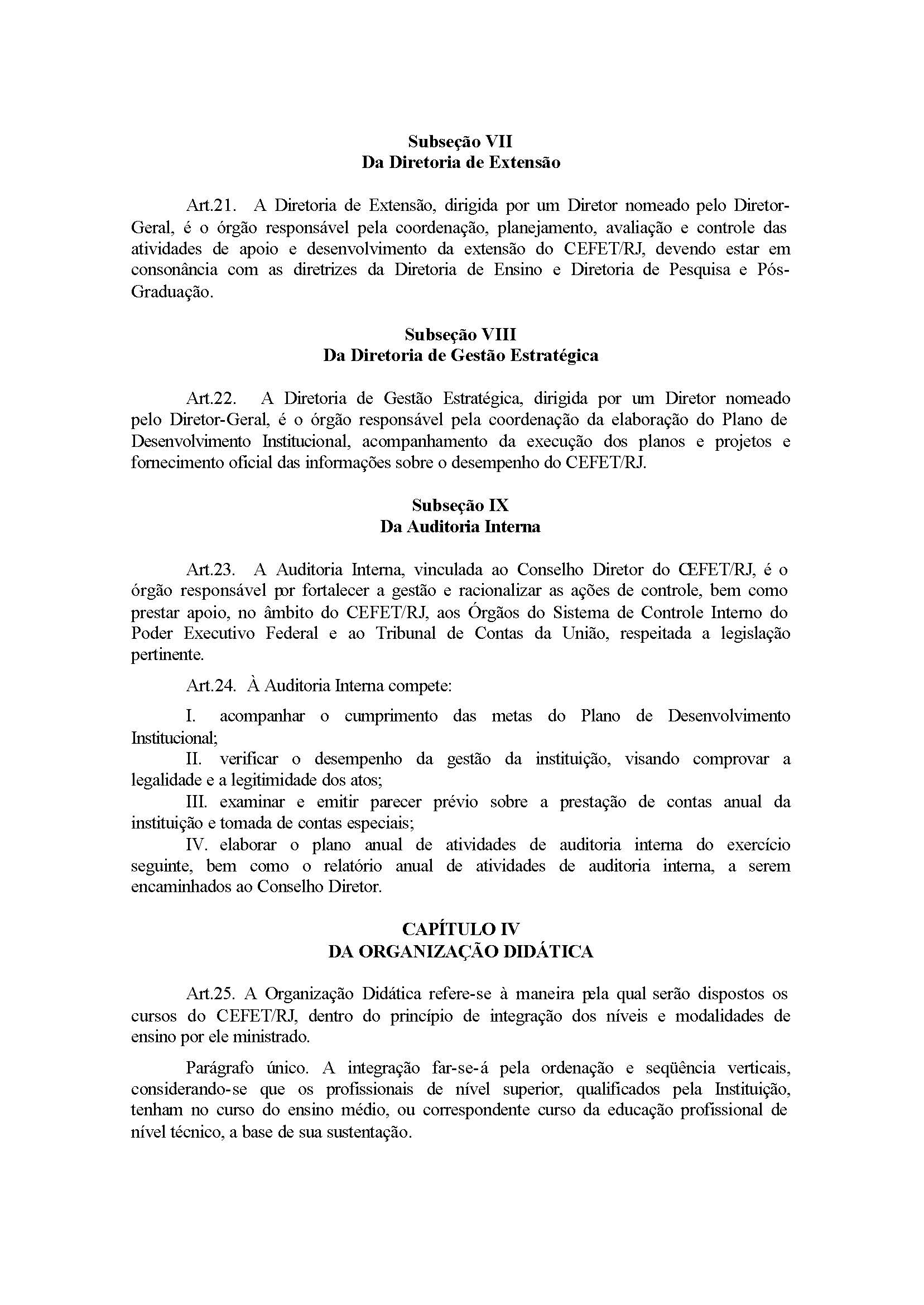


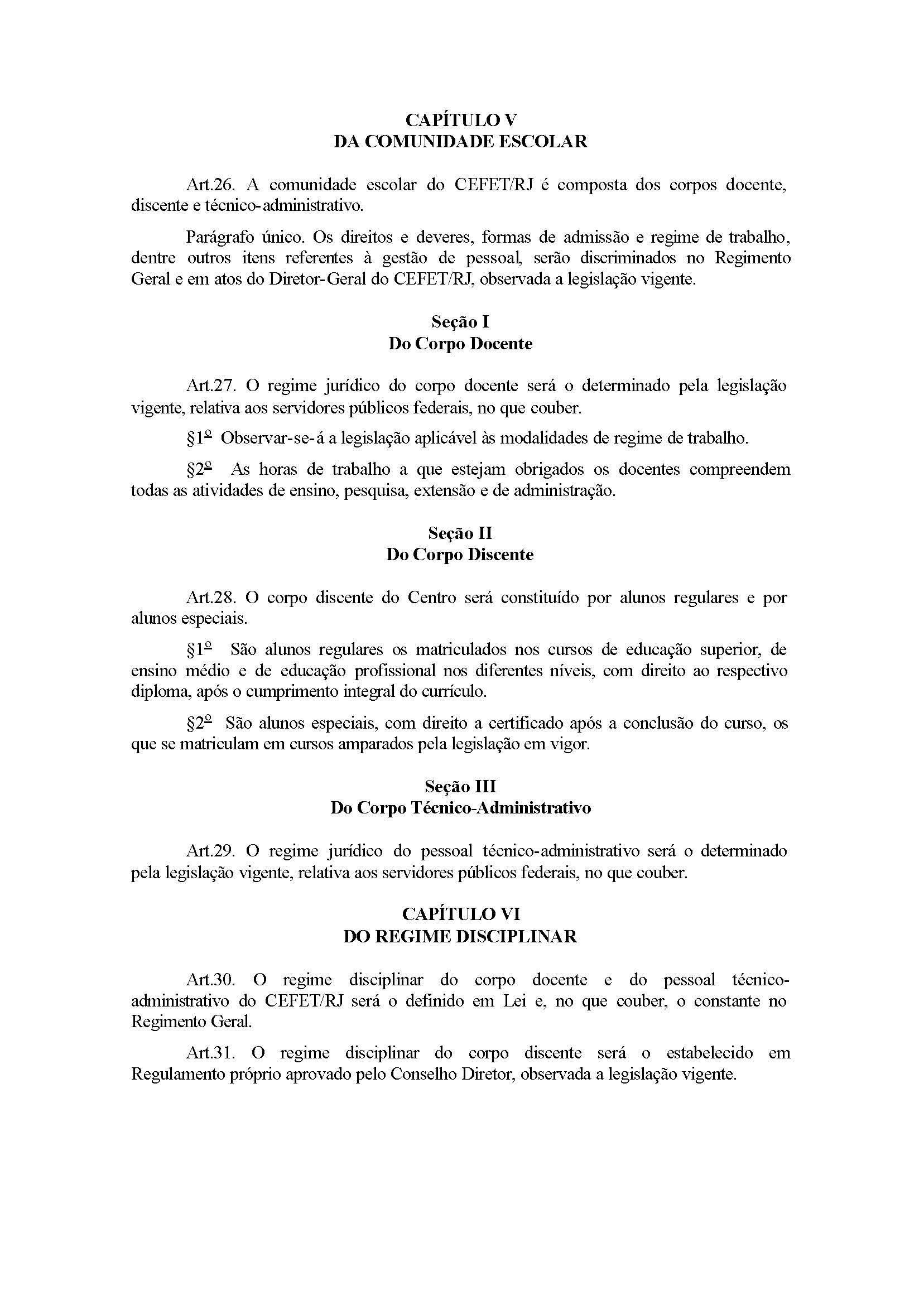


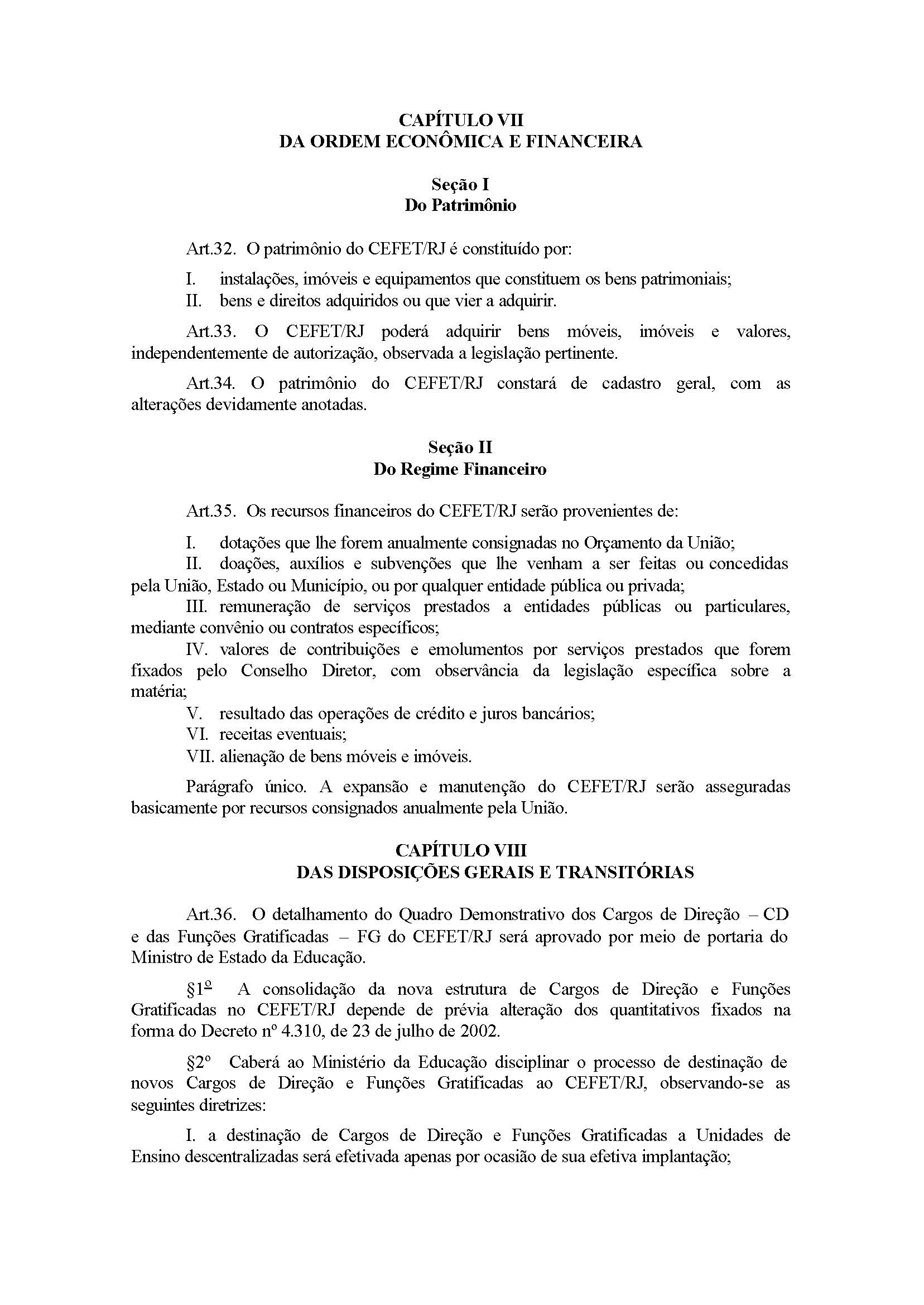












## Anexo VI – Laboratórios (colocar fotos)

## ANEXO VII – Tabela dos cursos

Tabela – Cursos de Graduação oferecidos pelo CEFET/RJ

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **HABILITAÇÃO** | **Modalidade** | **Duração** | **Campus** | **Implantação** | **Obs.** |
|  |  |  |  |  |  |
| **1-Administração** | Bacharelado | 8 sem  8 sem | Maracanã  Valença | 1998.1  2015.1 | Presencial  Presencial |
| **2-Ciência da Computação** | Bacharelado | 8 sem | Maracanã | 2012.2 | Presencial |
| **3-Engenharia Ambiental** | Bacharelado | 10 sem | Maracanã | 2016.2 | Presencial |
| **4-Engenharia Civil** | Bacharelado | 10 sem | Maracanã | 2007.2 | Presencial |
| **5-Engenharia de Alimentos** | Bacharelado | 10 sem | Valença | 2014.1 | Presencial |
| **6-Engenharia de Computação** | Bacharelado | 10 sem | Petrópolis | 2014.1 | Presencial |
| **7-Engenharia de Controle e Automação** | Bacharelado | 10 sem  10 sem | Maracanã  Nova Iguaçu | 2005.2  2004.2 | Presencial  Presencial |
| **8-Engenharia de Produção** | Bacharelado | 10 sem  10 sem  10 sem  10 sem | Maracanã  Nova Iguaçu  Itaguaí  Maracanã | 1998.1  2005.2  2015.1  2015.1 | Presencial  Presencial  Presencial  Semipresencial |
| **9-Engenharia de Telecomunicações** | Bacharelado | 10 sem | Maracanã | 1979.1 | Presencial |
| **10-Engenharia Elétrica** | Bacharelado | 10 sem  10 sem  10 sem | Maracanã  Nova Friburgo  Angra | 1979.1  2015.2  2016.1 | Presencial  Presencial  Presencial |
| **11-Engenharia Eletrônica** | Bacharelado | 10 sem | Maracanã | 1979.1 | Presencial |
| **12-Engenharia Mecânica** | Bacharelado | 10 sem  10 sem  10 sem  10 sem | Maracanã  Itaguaí  Angra  Nova Iguaçu | 1979.1  2010.2  2013.2  2014.1 | Presencial  Presencial  Presencial  Presencial |
| **13-Engenharia Metalúrgica** | Bacharelado | 10 sem | Angra | 2015.1 | Presencial |
| **14-Física** | Licenciatura | 9 sem  9 sem | Nova Friburgo  Petrópolis | 2008.2  2008.2 | Presencial  Presencial  Presencial |
| Bacharelado | 8 sem | Maracanã | 2018.2 |
| **15-Gestão de Turismo** | Tecnológico | 6 sem  6 sem | Maracanã  Nova Friburgo | 2012.1  2008.2 | Semipresencial  Presencial |
| **16- Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais** | Bacharelado | 8 sem | Maracanã | 2014.1 | Presencial |
| **17-Matemática** | Licenciatura | 8 sem | Petrópolis | 2020.1 | Presencial |
| **18-Sistemas de Informação** | Bacharelado | 8 sem  9 sem | Nova Friburgo  Maria da Graça | 2014.1  2018.2 | Presencial  Presencial |
| **19-Turismo** | Bacharelado | 8 sem | Petrópolis | 2015.1 | Presencial |

Atualizada em 2023 - 1º semestre.

**ANEXO V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

* **Lei nº 9.394, de 20/12/1996**, que estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional;
* **Resolução CNE/CES nº 2, de 18/06/2007**, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
* **Plano Nacional de Educação** - PNE 2014/2024;
* **Resolução CEPE /CEFET-RJ nº 01/2015,** Aprova o tempo máximo de integralização dos cursos presenciais oferecidos pelo CEFET/RJ;
* **Resolução CEPE/CEFET-RJ nº01/2016,** Aprova as normas para criação de cursos técnicos de nível médio e de graduação no âmbito do CEFET/RJ;
* **Resolução N° 02/2023,** Aprova a proposta de Resolução que dispõe sobre a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Engenharia no âmbito do Cefet/RJ, e dá outras providências;
* **Resolução CNE CES 009 de 2002** – Bacharelado ou Licenciatura em Física;
* **Resolução CNE CES 018 de 2002** – Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais;
* **Resolução CNE CES 003 de 2003** – Licenciatura em Matemática;
* **Resolução CNE CES 004 de 2005** – Administração;
* **Resolução CNE CES 013 de 2006** – Turismo;
* **Resolução CNE CES 005 de 2016** – Ciência da Computação, Sistemas de Informação;
* **Resolução CNE CES 002 de 2019** – Engenharia Ambiental, Civil, de Alimentos, de Computação, de Controle e Automação, de Produção, de Telecomunicações, Elétrica, Eletrônica, Mecânica, Metalúrgica;
* **Resolução CNE CP 001 de 2021** – Cursos Tecnólogos em Gestão Ambiental, Gestão de Turismo, Sistemas para Internet;
* **Decreto 4.281 de 25/06/2002**, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27/04/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;
* **Lei nº 10.639/03**, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira;
* **Resolução CNE/CP nº 1, de 17/06/2004**, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
* **Decreto nº 5.626, de 22/12/2005**, que Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24/04/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Tal decreto estabelece, em seu Capítulo II, que a disciplina Libras é optativa para alguns; cursos, como o de engenharia, e é obrigatória para outros, como o de licenciatura;
* **Lei 11.645/08,** que torna obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena;
* **Resolução CNE/CP nº 1, de 30/5/2012**, que apresenta as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
* **Lei nº 12.764, de 27/12/2012**, que trata da Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
* **Lei Nº 13.146/2015**,  Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;
* **DECRETO Nº 12.456**, DE 19 DE MAIO DE 2025, Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino;
* **Portaria MEC nº 506, DE 10 DE JULHO DE 2025**, Regulamenta o Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que trata da oferta de educação a distância por Instituições de Educação Superior - IES em cursos de graduação, no que se refere à formação acadêmica e às atribuições do corpo docente, dos mediadores pedagógicos, dos tutores e dos responsáveis pelos Polos de Educação a Distância - Polos EaD, às atividades presenciais e avaliações de aprendizagem, aos materiais didáticos e plataformas digitais, bem como à criação, funcionamento, alteração de endereço e extinção dos Polos EaD;
* [**Diretrizes Curriculares - Cursos de Graduação Bacharelado e Licenciatura**;](http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991)
* **Carga Horária mínima dos cursos de Graduação, c**onforme disposto pelo CNE;
* [**Plano Nacional de Educação**](http://pne.mec.gov.br/) - PNE 2014/2024;
* **Resolução nº 7, dE 18 DE DEZEMBRO DE 2018,** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e daì outras providências;
* **Resolução CEPE /CEFET-RJ nº 01/2023,** Aprova as diretrizes para curricularização da extensão no ensino superior;

1. **Lei nº 10.861, de 20/12/2004**, que em seu Art.11 estabelece que cada Instituição deve constituir uma CPA (Comissão Própria de Avaliação) com as funções de coordenar e articular o seu processo interno de avaliação e disponibilizar informações;
2. **Resolução CONAES nº 1, de 17/06/2010**, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

1. Portal da Instituição: http://portal.cefet-rj.br/ [↑](#footnote-ref-1)
2. Regulamento do estágio supervisionado: http://portal.cefet-rj.br/files/alunos/outros/regulamento\_estagio\_2012\_1.pdf [↑](#footnote-ref-2)
3. Informações sobre estágio supervisionado: http://portal.cefet-rj.br/alunos/estagio-supervisionado.html [↑](#footnote-ref-3)
4. Ficha de Avaliação do estágio supervisionado: http://portal.cefet-rj.br/files/alunos/outros/regulamento\_estagio\_2012\_1.pdf [↑](#footnote-ref-4)
5. Informações sobre estágio supervisionado: http://portal.cefet-rj.br/alunos/estagio-supervisionado.html [↑](#footnote-ref-5)
6. Planos de Curso: http://portal.cefet-rj.br/ensino/graduacao/ensino-graduacao-maracana.html [↑](#footnote-ref-6)
7. Programa de Monitoria – Edital: http://portal.cefet-rj.br/ensino/graduacao/monitoriagrad.html [↑](#footnote-ref-7)